



#oquenosune - é a nossa força



JOÃO PINHO DE ALMEIDA

Índice

1.	<i>Unidos, vamos criar o futuro do CDS-PP</i>	3
2.	<i>O País</i>	4
2.1.	<i>Contexto Actual</i>	4
2.1.1.	Evolução Demográfica: consequências e desafios	4
2.1.2.	Território: terrestre e marítimo	5
2.1.3.	Novos <i>drivers</i> de Mudança do Mundo.....	8
2.1.4.	Economia Internacional: A conjuntura muito favorável está a desaparecer.....	9
2.1.5.	Portugal: um modelo de crescimento que dê esperança para o futuro	11
2.1.6.	Gestão Orçamental e da Dívida Pública	13
2.2.	<i>Causas de sempre</i>	14
2.2.1.	Conhecimento	14
2.2.2.	Competitividade e Mobilidade Social.....	17
2.2.3.	Coesão social, territorial e protecção dos mais vulneráveis	19
2.2.4.	A valorização do Portugal Rural e das Pescas.....	21
2.2.5.	Novo Pacto Intergeracional.....	23
2.2.6.	Justiça e Combate à Corrupção.....	24
2.2.7.	Cultura.....	26
2.2.8.	Posicionamento de Portugal na Europa e no Mundo.....	28
2.2.9.	Combate à Abstenção.....	31
2.2.10.	Perspectivas de futuro para as novas gerações	32
2.2.11.	Diálogo Social	34
2.2.12.	Economia Social.....	35
2.3.	<i>Novas causas</i>	37
2.3.1.	Ambiente, Energia e Mobilidade.....	37
2.3.2.	Inteligência Artificial, Economia Digital e Direitos dos Cidadãos	39
2.3.3.	Novas Relações de Trabalho	40
2.3.4.	Reorganização, Concorrência e Regulação de Sectores Estratégicos..	42
2.3.5.	Transformação Digital do Estado	44
2.3.6.	Visão Qualitativa da Administração Pública	45
3.	<i>O Partido</i>	46
3.1.	<i>A Força do Património Doutrinário do CDS</i>	46
3.1.1.	Quem somos	46
3.1.2.	Onde estamos	48
3.1.3.	Para onde vamos.....	49
3.2.	<i>Reorganização Interna</i>	51
3.2.1.	Alterações Orgânicas e de Funcionamento dos Órgãos Nacionais.....	51
3.2.2.	Política Financeira e Patrimonial.....	52
3.2.3.	Formação Política e Autárquica	53
3.2.4.	Comunicação	54
3.2.5.	CDS-PP Digital	54
3.2.6.	Volta das Bases.....	55
3.3.	<i>Eleições e governação</i>	56
3.3.1.	Regionais nos Açores.....	56
3.3.2.	Presidenciais.....	56
3.3.3.	Autárquicas	57
3.3.4.	Governação na Região Autónoma da Madeira	57
4.	<i>As Direitas e o Futuro</i>	59
4.1	O Novo Quadro Político à Direita	59

4.2	Os Efeitos da Dispersão de Votos.....	60
4.3	A Construção de uma Alternativa ao Socialismo	60
5.	Nota Final.....	61

Esta moção é resultado de reflexão e trabalho em equipa. Uma equipa com vasta experiência e provas dadas no sector privado, no sector público, e também em funções governativas. Com poucos dirigentes, muitos militantes de base e alguns independentes. É essencialmente um documento voltado para o futuro, e para os seus desafios. Para os desafios do CDS-PP, mas necessariamente para os desafios de Portugal. É um documento solidamente alicerçado nos valores da direita democrática e popular. Da direita do humanismo personalista. Com forte ambição de prosperidade e profundo sentido de responsabilidade social e ambiental. Com grande abertura ao futuro e ao mundo.

1. Unidos, vamos criar o futuro do CDS-PP

O 28.º Congresso do CDS-PP representa uma oportunidade de iniciar o caminho de recuperação da representatividade eleitoral e social do partido. Depois do mau resultado das eleições legislativas, cabe-nos trabalhar para voltar a merecer a confiança que muitos eleitores deixaram de ter no CDS-PP. Para que tal seja possível, devem ser claras as nossas ideias e prioridades.

Em primeiro lugar é importante deixar muito claro que o CDS-PP é um partido rico em termos doutrinários. Queremos representar a direita democrática onde coexistem várias correntes: tendo como matriz a democracia-cristã, o CDS-PP sempre integrou as ideias conservadoras e liberais. É a declaração de princípios do partido que define a nossa base identitária, o humanismo personalista. Somos pela valorização desse património doutrinário em todas as suas vertentes, procurando uma síntese que respeite os valores fundacionais do partido e que seja afirmativa das convicções das suas bases, uma síntese actual e útil aos olhos dos eleitores. Sabemos bem o desafio a que nos propomos, que a doutrina é o maior activo do CDS-PP e deverá servir para nos unir e fortalecer.

Em segundo lugar, sublinhar que o CDS-PP vive do pulsar das suas bases e da ligação territorial que a sua estrutura permite. Devemos ouvir e valorizar quem todos os dias faz o CDS-PP, representa as suas ideias e trabalha para o seu crescimento. A recuperação da nossa representatividade depende muito da valorização de todos os militantes, dos autarcas e das estruturas locais. É necessário um trabalho dedicado de reimplantação, de novas filiações e de recuperação de antigos militantes, o que só será possível numa lógica de total proximidade.

Como terceira prioridade, a renovação. O CDS-PP precisa de se renovar sem rupturas, em harmonia e com objectivos claros. Os órgãos nacionais devem ser redimensionados em função da realidade actual do partido e a estrutura dirigente deve ser construída com e pelas diferentes gerações, experiências e percursos existentes no seu seio. Devemos contar com todos porque ninguém é dispensável. Todos são necessários.

Em quarto lugar é fundamental ter presente que a actividade política deve ser sustentável e, para tal, o CDS-PP tem que ser bem gerido. As finanças e o património do partido terão de ser objecto de uma gestão rigorosa e transparente. Não pode haver desequilíbrios financeiros, nem actos de gestão menos claros. Os recursos são poucos e as necessidades muito grandes, só com eficiência se poderá encontrar o equilíbrio.

Por último e quinto lugar, uma vez arrumada a casa, o CDS-PP deve concentrar-se no essencial: a acção política. Com a redução do espaço de intervenção do partido, são ainda maiores as exigências de solidez e consequência das nossas propostas. Para recuperar a confiança dos portugueses temos de apresentar soluções para os seus problemas. Soluções focadas, claras e compreensíveis. Devemos estar preparados para discutir todos os temas e ser capazes de apresentar propostas em todas as áreas, mas, a cada momento, têm que ser identificáveis as causas que nos motivam e que justificam a adesão dos eleitores.

A confiança dos eleitores funda-se na razão de ser do seu voto. Para que os portugueses votem em nós, têm que ter razões fortes para o fazer. Cabe-nos construí-las e apresentá-las de forma nítida, e é isso que esta moção faz. Fortalecido o CDS-PP, devemos ser construtores de uma alternativa política ao socialismo. Teremos voz firme na defesa dos valores e princípios do CDS-PP e bater-nos-emos por uma sociedade aberta, rica, livre e plural. Combateremos o pensamento único, o politicamente correcto e os atropelos à dignidade humana.

Com esta moção, pretendemos dar sequência a estas prioridades. É por isso que reafirmamos a riqueza doutrinária do CDS-PP. É por isso que apresentamos um programa claro de valorização do partido em todas as suas dimensões. É, sobretudo, por isso que apresentamos o diagnóstico da situação do país, apontamos o caminho a seguir nas nossas causas de sempre e demonstramos capacidade de inovar com novas ideias.

Concretizadas estas prioridades estaremos fortalecidos, renovados e consistentes. Estaremos preparados para os desafios eleitorais. Seremos, acima de tudo, merecedores da confiança renovada dos portugueses.

A oportunidade está aí. Vem connosco. Unidos vamos criar o futuro do CDS-PP.

2. O País

2.1. Contexto Actual

2.1.1. Evolução Demográfica: consequências e desafios

A demografia é, seguramente, o problema estrutural mais difícil, e grave, com que Portugal se confronta atualmente. E, não sendo caso isolado na Europa, Portugal é dos países em que o dilema é mais severo. Portugal é não só o quinto país mais envelhecido da Europa, como é o oitavo com menor índice de fecundidade do mundo: 1,2 filhos por mulher. Assim, segundo o

relatório do *Eurostat Ageing Europe*, de Outubro de 2019, será este o retrato da população portuguesa em 2050: as pessoas com 55 anos ou mais representarão praticamente metade da população; o rácio de dependência será de menos de 2 pessoas em idade activa para cada pessoa em idade de reforma; haverá menos 1 milhão de portugueses.

Pese embora as estimativas não sejam infalíveis e fenómenos não equacionados agora possam influenciar o curso da previsão, a verdade é que com a excepção de dois períodos áureos da nossa história demográfica recente, há mais de 50 anos que Portugal vive em declínio demográfico.

O CDS-PP identificou este problema há muitos anos e vem apontando o caminho desde então. Acreditamos que com políticas públicas especialmente dirigidas a esta questão é possível inverter a tendência negativa e chegar a níveis mais razoáveis da taxa de substituição de gerações. Consideramos por tudo isto que é premente actuar concertada e transversalmente, essencialmente, nas áreas da fiscalidade, do trabalho e da segurança social.

Na fiscalidade, é fundamental garantir que o Estado não é indiferente à dimensão do agregado familiar, razão pela qual deve ser reintroduzido o quociente familiar no sentido de assegurar que cada filho conta, e reposta a redução progressiva da taxa de IMI em função do número de dependentes; revisto o regime das taxas moderadoras no sentido de as diferenciar de acordo com o número de dependentes e prevista, como dedução ao IRC, a manutenção de creches em empresas ou os benefícios sociais concedidos por estas aos trabalhadores.

Quanto à política laboral, importa encontrar de uma vez por todas as condições para garantir, em contexto de competitividade empresarial, a conciliação do sucesso da vida profissional com a vida familiar, pelo que é imprescindível: alargar o tempo da licença parental e fomentar a partilha da mesma; alargar aos avós que trabalham o gozo de licença parental, em substituição dos pais, bem como consagrar a licença para a assistência a netos; estimular o teletrabalho e o trabalho a partir de casa; flexibilizar o horário das creches e dos estabelecimentos de ensino, adaptando-os aos novos ritmos de trabalho.

Por último, no âmbito da Segurança Social, é fundamental transformar as incertezas em certezas e a opacidade em transparência. É, por isso, necessário, instituir o direito à informação sobre o montante de pensão que caberá a cada cidadão contribuinte; reforçar o funcionamento do atual sistema de capitalização, permitindo que o trabalhador, de forma voluntária, desconte também para este sistema, o qual pode ser público ou privado; estudar a possibilidade da instituição de um sistema misto entre o de repartição e o de capitalização, bem como o respetivo impacto financeiro e temporal.

2.1.2. Território: terrestre e marítimo

O território, nas suas diversas acepções tem vindo, nos últimos anos, a ganhar nova relevância no discurso político, quer ao nível europeu quer ao nível nacional. As tendências de evolução

demográfica do nosso país não são animadoras e são mais acentuadas no interior, que tem perdido, ininterruptamente, pessoas, valências, indústria e serviços.

Dados recentes mostram que entre 1960 e 2016 a população residente no litoral aumentou em 52,08%, enquanto no interior diminuiu em 37,48%; para além disso, a população residente em Portugal Continental com menos de 25 anos é, no litoral, de 82,4% do total, comparada com 17,6% no interior do país.

Apesar de não ser um problema novo, o despovoamento das regiões do interior do país necessita de mais do que medidas pontuais.

O CDS-PP não tem estado alheado deste problema, antes pelo contrário, tem tido uma posição activa, com a apresentação de propostas concretas para a alteração desta realidade, preconizando uma mudança e um investimento real e crescente no interior do país, que permita uma maior capacidade de atração e fixação de pessoas, de empresas e de serviços e que esses se mantenham no tempo.

Neste âmbito, não temos dúvidas que medidas de carácter fiscal e não fiscal, de discriminação positiva a favor do interior, podem e devem ser aplicadas. Medidas muito mais arrojadas e abrangentes do que aquelas que se encontram atualmente previstas e regulamentadas em Portugal.

Assim, no que se refere às empresas, destacamos três medidas: (i) tributação diferenciada para todas as empresas que efectivamente desenvolvam a sua atividade no interior, fixando-se uma taxa de IRC nunca superior a 12,5%, mas podendo chegar aos 10%; (ii) possibilidade de dedução total dos lucros que sejam reinvestidos quando se trate de investimentos relativos a qualquer tipo de empresas do interior cujo investimento seja aí realizado; e (iii) relativamente ao RCI - Regime Contratual de Investimento, a lei deve prever a sua aplicação a projetos relevantes de investimento no interior.

Para a fixação de pessoas, destacamos uma diferenciação das taxas de IRS e deduções à coleta relativas às despesas com os transportes, especialmente portagens, para os cidadãos residentes no interior; aumentado o prazo de isenção de IMI e a isenção do pagamento do IMT na aquisição de imóvel no interior para habitação própria e permanente.

No que diz respeito à descentralização e desconcentração, o envolvimento das autarquias locais em qualquer processo de coesão social e territorial é crucial para a aplicação das políticas necessárias para o desenvolvimento económico e social das populações do interior do país. Neste âmbito é também preciso fazer mais e melhor. A Constituição da República Portuguesa consagra os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública. No entanto, Portugal continua a figurar como um dos países mais centralizados da OCDE, conforme demonstram vários estudos sobre a matéria.

O modelo de descentralização do atual Governo está a ser imposto de cima para baixo e sem a necessária consensualização com as autarquias locais e todos os agentes envolvidos. A transferência de competências para as autarquias deve implicar não só a manutenção da respetiva autonomia administrativa e a atribuição do poder de execução ao órgão destinatário das novas competências, mas também o poder de decisão, regulamentação, planeamento e fiscalização, de modo a que esses órgãos possam assumir o encargo de desenvolver funções públicas e prestar serviços públicos com qualidade, eficientes, universais e em condições de igualdade de acesso. Acresce a indispensável transferência, pelo Governo, dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais adequados.

Para o desenvolvimento do interior, entendemos ainda que deve ser feito um esforço no sentido da deslocalização de serviços públicos, em número significativo, da capital do país para aquelas regiões, associando tal medida, nomeadamente a complementos salariais a conferir aos funcionários a deslocar. Esta deslocalização potenciaria, obviamente, a criação de novas empresas, o crescimento do emprego e a criação de riqueza e valências nas regiões do interior de Portugal. A efectiva desconcentração da administração pública, de forma lógica e consistente pode ser um dos factores de recuperação da actividade económica do interior do país. Complementada, necessariamente, por uma rede de mobilidade adequada.

No que diz respeito à política do mar, Portugal exerce direitos sobre um espaço marítimo de aproximadamente 4.000.000 km², sendo o maior Estado costeiro da União Europeia (UE) e um dos maiores do mundo. Assim, e dada a dimensão do espaço marítimo nacional, é fundamental assumir e manter a liderança internacional nos temas do mar e integrar o pelotão da frente das economias do mar mais dinâmicas e sustentáveis do mundo. É necessário que as temáticas ligadas ao mar estejam presentes em todos os aspetos das políticas públicas, cobrindo o maior número de sectores com: o ambiente; a coesão territorial; educação; cultura; saúde; o lazer, ou as infraestruturas. Por tudo isto, é preciso agir.

O CDS-PP orgulha-se de ter sido o partido que mais fez pelo mar nos últimos anos, desde a defesa da fileira do pescado e de uma pesca sustentável, ao investimento em inovação, ou à criação da conta satélite do mar, que permite a avaliação real da economia do mar. Somos também o único partido que ao longo dos anos definiu o mar como um pilar para o desenvolvimento científico e económico do país e foi com o CDS-PP que se desenvolveu e concretizou a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, a estratégia mais ambiciosa de sempre, assente no desenvolvimento sustentável nas suas vertentes ambiental, social e económica, e com um plano de acção e medidas concretas. Porém, chegámos ao termo de vigência da Estratégia, sem que exista qualquer indicação sobre quais os planos do Governo para esta área.

E a verdade é que vivemos tempos críticos, que vão desde o combate à poluição, à mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas, à subida do nível do mar, entre tantos

outros. Ao longo dos séculos organizaram-se importantes comunidades costeiras e modos de vida ribeirinhos, que ainda hoje sobrevivem e que nos definem e ao nosso modo de vida. Contudo, a ocupação do território nacional é hoje muito diferente. Atualmente, aproximadamente 20% da população nacional reside Área Metropolitana de Lisboa, ou seja, em pouco mais de 3 % do território nacional. Ora, esta pressão demográfica, e a consequente urbanização das zonas costeiras, representam um grande desafio para os ecossistemas marinhos. Nesse sentido, para além de procurar garantir a coesão territorial, a ocupação do interior - que já anteriormente tratámos - também é essencial para aliviar a pressão existente nas zonas costeiras e a interação destas com o espaço marítimo. Num país com uma largura de pouco mais de 150 km, a coesão territorial através da correta articulação mar-terra e entre zonas do litoral e do interior, não só é urgente como é prioritária. Portugal é o país da UE com maior risco de desertificação, fruto de secas mais frequentes e prolongadas. As alterações climáticas e a adoção de medidas de adaptação e mitigação têm, por isso, de ser uma prioridade, transversal a todos os sectores.

Para além destes importantes desafios, outro que Portugal deve ser capaz de enfrentar prende-se com a própria competitividade da nossa economia do mar. Não defendemos uma economia do mar exclusivamente subsídio-dependente, mas que inclua a participação do sector privado e que seja diversificada. Atualmente, a economia do mar corresponde a cerca de 3% do PIB, dos quais, dois terços são sobretudo resultantes da atividade turística – sendo o sector marítimo-turístico o dominante. Devemos, por isso, promover a inovação em todos os sectores, desde os tradicionais aos novos sectores. Há um conjunto de áreas onde podemos e devemos liderar a nível europeu e mesmo mundial como seja a construção de infraestruturas *offshore*, a aquacultura em mar aberto, a utilização no aproveitamento de energias renováveis, ou à biotecnologia marinha.

Estes e outros desafios devem ser encarados com ambição, determinação e com a convicção de que este será um dos maiores legados que podemos e devemos deixar às próximas gerações.

2.1.3. Novos *drivers* de Mudança do Mundo

O mundo está a mudar e Portugal não é excepção a este movimento. É por isso, com base numa análise de tendências sociais, económicas, tecnológicas e políticas que se constroem políticas realistas e eficientes. Assim, do ponto de vista social, verifica-se um conjunto de alterações nos hábitos, comportamentos e preferências do cidadão. Assiste-se ao envelhecimento populacional - 14% da população mundial terá mais de 60 anos em 2022; ao fenómeno da urbanização - as 150 megacidades mundiais representarão cerca de ¼ do total de transações comerciais até 2022; ao multiculturalismo, como resultado dos fluxos migratórios; à redução da composição do agregado familiar – em 2022, nos países desenvolvidos, o número de pessoas por agregado familiar médio será menor ou igual a dois.

A acompanhar estas novas realidades, verificam-se outras alterações determinantes, como sejam: a valorização da experiência em detrimento da propriedade de bens; o aumento dos casos de défice de atenção - o que afeta a eficácia da comunicação política; o desejo de um modelo de vida mais sustentável; a procura dos imediatismos que se reflecte, por exemplo, na gratificação instantânea ou a flexibilidade e conveniência. Todos estes factores implicam transformações nos diferentes sectores económicos, seja por via da mudança dos padrões de consumo, seja por via da flexibilidade laboral e da escassez de talento. Assim, a actividade económica deverá ser projetada tendo presente uma série de oportunidades e desafios, que passam pela estagnação da classe média e estabilização do número de habitantes nos países da OCDE, até às migrações e ao protecionismo nos mercados locais. Teremos uma actividade económica onde dominam os conceitos como economia da partilha e fiscalidade “verde”. Assiste-se à tensão associada à transformação digital - robótica vs recursos humanos e ao aumento do custo do trabalho. Será determinante ter ainda presente a consolidação empresarial, a relevância do *E-commerce* e a personalização e customização da oferta. Assim como a crescente procura por produtos saudáveis e sustentáveis também exige uma resposta rápida e eficiente.

Neste contexto de transformação socioeconómica, importa também abordar as inovações tecnológicas. A quarta revolução industrial é caracterizada pela difusão de sistemas digitais, ao serviço de processos produtivos, mas também com um assinalável impacto no comércio, nos serviços e na experiência de consumo. É a chamada *internet of things (IoT)*, que engloba tecnologias como a disseminação da *internet* e dispositivos móveis – serão mais de 1,1 mil milhões os novos utilizadores de internet até 2021; a robótica e automação; a realidade virtual e aumentada; a inteligência artificial; o *smart payment* ou os veículos elétricos.

Por último, importa abordar as tendências políticas com impacto socioeconómico. Para além da mitigação e adaptação às alterações climáticas (tão atuais), há um conjunto de eventos que devem ser identificados, no âmbito de uma moção de políticas públicas. Assim, nomeando as mais relevantes, é fundamental ter presente a eficiência de recursos e fontes de energia renovável, mobilidade sustentável, a cibersegurança e *data security*, os movimentos nacionalistas, o protecionismo regional e o baixo nível de confiança nas instituições.

2.1.4. Economia Internacional: A conjuntura muito favorável está a desaparecer

A conjuntura económica internacional nos últimos 4 anos foi a melhor desde 2007, caracterizando-se especialmente pelo crescimento do emprego na generalidade dos países desenvolvidos, que recuperaram para níveis anteriores à crise de 2009. Esta conjuntura externa muito favorável beneficiou particularmente Portugal e as empresas exportadoras. No entanto, este tempo de bonança teve também a consequência negativa de disfarçar as fragilidades estruturais da economia que o governo português deixou por resolver.

Os próximos quatro anos serão diferentes, se tivermos em conta as previsões das principais instituições internacionais (FMI, Banco Mundial, OCDE), as quais convergem na tendência de desaceleração significativa da actividade económica a nível mundial, que afecta tanto os países desenvolvidos como os emergentes.

O FMI prevê um crescimento global de 3% em 2019 (após 3,8% e 3,6% em 2017 e 2018, respectivamente). O volume de comércio internacional em todo o globo deverá crescer apenas 1,1% em 2019, o valor mais baixo desde 2009, podendo depois recuperar um pouco em 2020.

A Zona Euro, onde estão os nossos principais parceiros comerciais, deverá registar um crescimento económico muito inferior ao do resto do Mundo: 1,2% e 1,4% em 2019 e 2020, respectivamente, confirmando o fim da bonança e a deterioração do enquadramento externo com que Portugal deverá viver nos próximos anos.

Os indicadores dos últimos meses apresentam valores muito frágeis de uma forma persistente, indicando a desaceleração da actividade económica na Europa. Destacam-se, pela negativa, os indicadores relativos à evolução do sector industrial, que estão também a começar a afectar as actividades de serviços que lhe estão associadas.

A previsão de crescimento em 2020 (3,4%) assume que haverá melhorias significativas em vários países emergentes. Mas o crescimento a médio prazo será significativamente mais baixo se se materializarem alguns dos diferentes riscos que impendem sobre a economia internacional. Vivemos tempos de incerteza e são sinais de alarme a desaceleração no crescimento que se verifica nas maiores economias - EUA, China, Japão e Alemanha - por via do aumento das barreiras ao comércio, a falta de margem para uma resposta a crises económicas com base na política monetária, ou a insustentabilidade e irrazoabilidade associada às actuais condições de financiamento da dívida pública de alguns países (em Portugal são praticadas taxas negativas a prazos que podem ir até aos 10, ou mesmo 20 anos).

São também factores de preocupação a quebra repentina de valor nos activos financeiros, que actualmente estão sobrevalorizados por uma política monetária demasiado expansionista ou o crescente nível de endividamento das empresas e de países como os EUA e a China. Na Europa, são graves as incertezas relacionadas com o *Brexit* e a estagnação do crescimento económico, que pode ser agravado pela evolução das relações com a Turquia, pela questão dos refugiados ou pelo aumento das barreiras ao comércio, incluindo a não ratificação do acordo UE-Mercosul. Terão certamente consequências o aumento das tensões geopolíticas em diferentes partes do Mundo, nomeadamente no médio-orientes, entre a Rússia e os seus vizinhos, entre Índia e Paquistão, China e países do Pacífico, ou em vários países na América Latina.

Para além deste clima de incerteza que actualmente atravessa a economia mundial, há outros desafios de médio e longo prazo que são comuns a todas as economias e para os quais Portugal tarda em preparar-se. O crescimento da produtividade está quase estagnado na

grande maioria dos países desenvolvidos e o aumento das barreiras ao comércio dificulta a integração das empresas nas cadeias de valor internacionais, prejudicando ainda mais o dinamismo da actividade económica.

O desenvolvimento tecnológico e digital, e o recurso à inteligência artificial, a computadores quânticos ou à robotização e automação de muitas actividades, associados com o desenvolvimento de plataformas ou da *IoT*, tornam imprevisíveis as suas consequências ao nível dos mercados e do emprego. Contudo, poderá haver uma aceleração do desaparecimento de profissões e da sua substituição por novas formas de trabalho.

2.1.5. Portugal: um modelo de crescimento que dê esperança para o futuro

Desde o início do século que Portugal apresenta um crescimento económico muito reduzido, inferior a 1% por ano, e caiu de 16.^a para a 21.^a economia mais desenvolvida na UE27(+1). A isto deve-se um modelo de desenvolvimento enviesado que assenta especialmente na procura interna e em que o excesso de endividamento limita o aumento do rendimento.

A tendência de fraco crescimento é explicada pela excessiva dependência do consumo, pelo baixo nível de investimento com fortes efeitos produtivos e pelo baixo crescimento da produtividade. Com o modelo de desenvolvimento actual da economia portuguesa, o *Ageing Report 2018* da Comissão Europeia, estima que Portugal será o 3.^o país da UE com menor crescimento do PIB entre 2016 e 2070. A ideia de que houve um milagre na economia portuguesa nos últimos anos é ilusória, pois a sua evolução deve-se essencialmente à conjuntura externa muito benéfica e a um efeito de reposição do nível de actividade económica que se verificava antes da bancarrota provocada pelos socialistas.

O novo modelo de desenvolvimento deverá assentar na realidade de Portugal, uma pequena economia ainda insuficientemente aberta, mas interdependente e integrada num espaço plurinacional, e visa aumentar o potencial de crescimento aliando a valorização da procura externa com a recuperação equilibrada da procura interna. Um modelo assente em três pilares que potencie mudanças no emprego e no mercado de trabalho, e que conduza ao crescimento da produtividade.

O primeiro pilar é o capital humano, em que as qualificações da população portuguesa são ainda demasiado baixas quando comparadas com os países mais desenvolvidos. Portugal apresenta ainda uma carência de qualificações em áreas essenciais, como seja, para alcançar uma efectiva digitalização da Economia, e também qualificação dos trabalhadores face às exigências das ocupações que exercem. Deste modo, torna-se necessário alterar as políticas e ultrapassar as limitações actuais ao crescimento, apostando em educação e formação profissional que responda às necessidades do mercado de trabalho e promovendo uma cultura de aprendizagem ao longo da vida para gestores e colaboradores. Neste âmbito, é também

essencial a promoção de imigração qualificada, a avaliação sistemática do impacto das medidas de emprego, educação e formação profissional.

O segundo pilar do novo modelo de desenvolvimento deve basear-se em investimento que gere riqueza e não em investimento para satisfazer clientelas e que desperdice recursos. Portugal está entre os países da UE em que o seu nível é mais baixo (18% do PIB, face a 22% na Zona Euro no primeiro semestre de 2019) apesar das condições únicas em termos de taxas de juro.

Um investimento que seja gerador de riqueza e não consumidor de recursos. Portugal apresenta um nível de inovação, digitalização e de I&D aplicados à Economia inferior ao da generalidade dos países desenvolvidos pois o nível de investimento das empresas é ainda metade do europeu ou um terço do norte-americano. Com a actual política de promover o Estado como o motor de desenvolvimento nestas áreas, a aplicação de recursos não resulta em suficiente criação de valor económico. Assim, a economia portuguesa necessita de captar mais investimento no exterior, de empresas e de particulares, que vá muito para além dos fundos europeus e de incentivar a poupança das famílias portuguesas para que a própria economia possa gerar maiores possibilidades de financiamento internamente.

Uma opção fulcral para conciliar uma política de incentivo à poupança com o investimento sustentável é a dinamização do mercado de arrendamento, aproveitando os 6 milhões de casas que existem para uma população com pouco mais de 10 milhões de habitantes e em diminuição, criando emprego e permitindo uma maior mobilidade das pessoas no território português.

O papel do Estado neste âmbito deve ser supletivo e de facilitar as relações com a sociedade, aumentar a eficiência dos apoios às PME onde as falhas de mercado o justifiquem, como no acesso a financiamento ou em I&D, em reforçar o investimento nas infra-estruturas públicas que se estão a degradar e em reformular os instrumentos de combate às assimetrias regionais.

O terceiro pilar assenta na internacionalização da economia e nas exportações das empresas. Após a bonança proporcionada pela conjuntura externa muito favorável, as exportações portuguesas estão a desacelerar e o saldo negativo da Balança Comercial de bens agravou-se desde 2016 e está quase ao nível de 2010. A correcção do grave desequilíbrio externo após 2011 preparou a economia portuguesa para um crescimento sustentável. Uma política externa que apoie as empresas deve apostar na diversificação dos riscos. Existem hoje em Portugal cerca de 50 mil empresas exportadoras (num total de 350 mil), mas apenas 20 mil o fazem regularmente e com um volume significativo. Para as empresas dos sectores transaccionáveis como a indústria, agricultura e turismo, as relações diplomáticas são importantes para poderem ganhar dimensão e aumentar a sua presença nos mercados externos, e para assegurar uma maior integração nas cadeias de valor global.

As reformas abrangidas por estes três pilares são um ponto de partida para um crescimento económico sustentável no futuro, ao qual se deverão juntar umas finanças públicas que absorvam menos recursos e sejam mais favoráveis ao crescimento da produtividade. E em que a avaliação sistemática das políticas públicas é essencial para aferir que resultados foram atingidos e para o seu melhoramento.

2.1.6. Gestão Orçamental e da Dívida Pública

Ao nível das contas públicas, Portugal melhorou graças ao aumento da receita, redução na despesa com os juros da dívida e ao reduzido investimento público. Mas permanecem problemas estruturais aos quais é necessário dar resposta urgente. Se a existência de um excedente orçamental é importante, é fundamental que Portugal reduza a dívida pública que permanece acima dos 120% do PIB.

Ao nível do défice verifica-se alguma melhoria. Ainda assim, há que considerar que, na sequência do programa de assistência económica e financeira, o défice, que em 2010 chegou aos 11%, foi reduzido para 2,98% em 2015 (excluindo a resolução aplicada ao BANIF). O esforço de redução posterior foi bastante diminuto, tendo em conta que o grande esforço foi o que permitiu a redução de 8 pontos percentuais entre 2010 e 2015.

A este respeito, salienta-se a falta de reformas estruturais. Portugal continua a ter uma despesa do estado muito elevada que poderá não ser suportável no caso de uma nova crise económica e financeira (como ocorreu em 2011) que reduza substancialmente o nível de receitas - essencialmente em consequência da redução da actividade económica - e que obrigue a um aumento da despesa, nomeadamente com subsídios de desemprego e prestações sociais para fazer face ao risco de pobreza. A esta falta de vontade reformista, juntam-se diversas medidas, tomadas pelo anterior governo do PS, que vieram aumentar fortemente o volume e rigidez da despesa do Estado. Como é sabido, estas medidas são em grande parte responsáveis pelo atual colapso dos serviços públicos, que ficaram reféns das cativações e vetos de gaveta, em áreas essenciais para o bem-estar da população, como a saúde, a educação, os transportes e funções de segurança e soberania. Ficou também fortemente dificultada a redução da carga fiscal que seria legítimo esperar após a saída da troika e a recuperação do crescimento económico. Por fim, ficou também fortemente comprometida a capacidade futura de adaptação da despesa pública ao ciclo económico, deixando, uma vez mais, o aumento de impostos como único recurso em situação de crise económica.

Portugal tem actualmente a maior carga fiscal de sempre. Só a nível da energia, os cidadãos e as empresas pagam dos valores mais elevados da UE. Na verdade, o aumento do peso do

Estado e a criação de nova despesa permanente impediu que se pudesse apostar na desoneração dos contribuintes. Assim, a redução de impostos é essencial para o crescimento económico e para que os cidadãos sejam devidamente recompensados pelo esforço do seu trabalho.

Também o envelhecimento da população, que já aqui temos falado, cria um peso acrescido sobre as contas públicas. Segundo o *Ageing Report 2018* da Comissão Europeia, a taxa de fertilidade tem vindo a aumentar na maioria dos países da UE. No entanto, Portugal é um dos países que contrasta com aquela evolução. Em 2070, o mesmo relatório estima que Portugal será o país da UE com maior rácio de dependência das pessoas idosas - número de pessoas com mais de 65 anos face ao número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Ou seja, dado que o nível de vida dos portugueses depende do aumento da riqueza nacional (PIB) a que a restrição orçamental activa se mantém e manterá na economia portuguesa (mesmo com o equilíbrio do saldo orçamental), a política económica deverá privilegiar as condições estruturais de competitividade para que o nível de vida dos portugueses se aproxime do dos países mais desenvolvidos durante os próximos 20 anos.

2.2. Causas de sempre

2.2.1. Conhecimento

Num mundo em mudança acelerada, a escola parece ser das poucas realidades que se mantém essencialmente inalterada na sua forma de funcionar desde o século XIX. Esta falta de sincronismo entre o mundo nativo das crianças e jovens e o mundo da escola, deve levar-nos a repensar o sistema de ensino. É uma ilusão pensar que um “modelo” centralizado e definido para o analógico pode vencer no digital; mas será também um erro abdicar da estruturação da escola em torno da transmissão do conhecimento científico, em favor de um ensino baseado apenas em competências, confundindo a acesso a informação com efetiva aprendizagem.

Atualizar o nosso sistema de ensino obrigatório implica saber compatibilizar, no tempo, a mudança exigida com a estabilidade e a previsibilidade necessárias ao seu bom funcionamento. Assim, esta atualização deve focar-se na revisão dos conteúdos dos programas e da sua administração ao longo de 12 anos de escolaridade obrigatória;

modernização do processo de ensino, com foco nas competências transversais: saber pensar, argumentar e expor.

Ao mesmo tempo é importante conceder maior autonomia das escolas para desenvolver os seus projetos educativos e contratar, pelo menos parte, dos recursos humanos para os realizar. Uma vez que quanto maior for a autonomia concretizada em cada escola, maior a responsabilidade do Estado enquanto regulador do sistema. A avaliação sistémica – da escola, dos profissionais de educação e dos alunos - torna-se crítica.

Portugal é dos países onde é mais determinante a relação entre a escolaridade dos pais e a probabilidade de sucesso educativo dos filhos. Ou seja, é dos países onde a herança socioeconómica é menos eficazmente contrariada pela escola. O combate às desigualdades é, assim, outro dos desafios estratégicos do sistema educativo da atualidade. O atual sistema é demasiado rígido e trata de forma igual situações que são diferentes: por um lado impede as famílias, em especial as que têm menor capacidade financeira, de escolher uma escola que permita melhorar os resultados dos seus filhos e, por outro, não dá às escolas os meios e a autonomia necessária para adaptarem o ensino aos seus alunos. A aposta na liberdade de educação é, por isso, incondicional.

O ensino profissional é uma via vocacional e de qualificação igualmente válida e um poderoso instrumento de combate ao desemprego jovem e à escassez de competências, que reforça a segurança num mercado cada vez mais flexível e que atenua o impacto da demografia no mercado de trabalho. Assim, o ensino profissional não pode ser excluído da atualização do sistema educativo obrigatório, até porque, pela sua ligação estreita ao mercado de trabalho, há uma exigência mais imediata de adaptação e ajuste de práticas pedagógicas, ao atual momento de disrupção. E, por isso mesmo, terá que passar por reforçar a aprendizagem em contexto de trabalho, com planos de aprendizagem personalizados e acompanhamento individual na escola e empresa.

Quanto ao Ensino Superior, são cerca de 380 mil alunos que o frequentam, o que corresponde ao longo caminho no alargamento do acesso ao ensino superior. Há que continuar neste caminho, fazendo mais e melhor. Se é verdade que os efeitos negativos da situação demográfica se vão fazer sentir nos próximos anos, também é verdade que, em 2017, só menos de metade dos jovens com idade para frequentar o ensino superior estavam efetivamente a fazê-lo.

Do ponto de vista das instituições de ensino superior, o financiamento por aluno, atribuído pelo orçamento do Estado, está significativamente abaixo da média da OCDE e da UE, o corpo docente é envelhecido e há níveis elevados de endogamia. Importa lembrar que Portugal se comprometeu com objetivos ambiciosos: até 2030, aumentar para 60% os jovens com 20 anos no ensino superior. Ora, atrair mais alunos para o ensino superior, e compensar o efeito da

demografia, implica tomar uma série de medidas ao nível da acção social escolar e do modelo de acesso - mas garantir a sustentabilidade da oferta para estes e para todos os outros alunos também significa a existência de propinas.

A acção social escolar deve ser reforçada, através do valor da bolsa e do limite de elegibilidade, para apoiar quem tem vaga, mas não consegue pagar o ensino superior. Também quanto ao alojamento estudantil, deve ser garantida oferta em falta, sem pudor de contratualizar vagas com os sectores privado e social.

Por fim, não deve evitar-se a discussão sobre um novo modelo de acesso ao ensino superior, sabendo que tem de ser consensualizado entre a tutela, as instituições de ensino superior e as associações académicas, e sujeito a consulta pública. O novo sistema tem de garantir meritocracia, justiça relativa, não pode aumentar as barreiras à entrada, tem de prever quem suporta os custos da escolha, tem de ter em conta a política territorial.

O sistema de admissão ao ensino superior, através de *numerus clausus* tem que ser reavaliado. É difícil acreditar que a definição, de forma centralizada do número de vagas a disponibilizar em cada instituição, conduza a uma optimização dos recursos e competências disponíveis no país, gerando um resultado duplamente injusto: por um lado, não se está a dar, aos jovens portugueses, a melhor qualificação que o país lhes pode proporcionar; por outro lado, não se está a promover a meritocracia no sistema, que deveria permitir que as melhores escolas, com maior procura, possam crescer ao nível da sua ambição e capacidade. Adicionalmente, dificulta-se a adaptação da oferta à procura existente, papel que as instituições de ensino, através da sua proximidade à investigação e ao mercado de trabalho, poderão desempenhar melhor do que o Estado. Qualquer política nesta área deve, contudo, levar em conta o papel fundamental das instituições de ensino superior no desenvolvimento de determinadas regiões, particularmente no interior e nas Regiões Autónomas, o qual deve continuar a ser assegurado.

Quanto à Ciência, que juntamente com a investigação, são a base de conhecimento que potencia a inovação, deve ser encarada como impulsionador da nossa economia, atraindo investimento internacional e gerando emprego. Portugal deve ser um país capaz de atrair e reter talento, bem como exportar investigação científica e inovação, e esse objectivo não é cumprido se não conseguirmos, por um lado, estabilizar o quadro financeiro e regulatório em que a mesma se insere e, sobretudo, se não conseguirmos retirar os obstáculos que têm impedido a ciência de se aproximar do mundo empresarial, da economia.

2.2.2. Competitividade e Mobilidade Social

De acordo com o *IMD World Competitiveness Center*, no *ranking* de competitividade de 2019, Portugal ocupa o 39.º lugar entre 63 países analisados. Pior: face a exercício semelhante, no ano transacto, Portugal desceu 6 lugares. De entre as conclusões salienta-se a necessidade de assegurar maior eficiência do sistema burocrático e a aposta na formação científica e tecnológica.

A par dos constrangimentos à competitividade económica nacional, junta-se o empobrecimento da população. De acordo com as previsões do Banco de Portugal, no Boletim Económico de Verão deste ano, o PIB *per capita*, neste ritmo, chegará, em 2021, a 60% da média da zona Euro. Dados do *Eurostat* indicam que Portugal é o antepenúltimo do *ranking* da zona Euro, apenas à frente da Letónia e da Grécia.

Para o CDS-PP a mobilidade social, alicerçada em condições políticas que permitam e incentivem o mérito, o valor do trabalho e a igualdade de oportunidades, independentemente do contexto social e económico de partida, só pode ser obtida com uma aposta séria na educação e numa política fiscal que não seja penalizadora da progressão profissional.

O elevador social em Portugal não tem funcionado como desejamos e isso é uma falha grave da nossa sociedade. No CDS-PP, defendemos a mobilidade social ascendente, apoiamos a vontade e o esforço de melhoria das condições de vida dos portugueses, defendemos os projectos aspiracionais de cada um e das famílias no sentido de assegurarem para si e para os seus melhores condições de vida.

Por um lado, consideramos que a aposta no ensino é o primeiro passo para o crescimento económico do país e para a melhoria das condições de vida das pessoas e das famílias; defendemos não só o estímulo à excelência, como o primado da livre escolha, tal como já referido. Por outro lado, defendemos uma política fiscal sobre o trabalho justa que não penalize quem tem mérito, nem quem o quer recompensar. O incentivo à subida dos salários – na relação esforço real/benefício percebido – é praticamente inexistente; poderíamos até afirmar que o incentivo não sendo positivo, nem sequer é nulo, mas negativo.

Também a indústria é, no nosso entender, um dos principais motores da recuperação económica em Portugal, uma vez que sem indústria a economia perde capacidade de inovação, de exportação, de competitividade e de criação de emprego qualificado. A noção existente de indústria tem que ser actualizada no sentido de, para além dos produtos industriais, considerar igualmente a produção de bens e a prestação de serviços de forma associada e integrada.

A denominada Indústria 4.0 é, concisamente, a aplicação das tecnologias digitais a toda a cadeia de valor, aos vários níveis dos sistemas de produção. Estas tecnologias permitem que equipamentos e sistemas de produção trabalhem em sincronia, possibilitando em tempo real a modificação de produtos e processos, numa ligação do mundo físico ao digital.

Falamos assim de uma indústria de novo tipo, que utiliza as melhores e mais avançadas tecnologias, produz produtos personalizados, de acordo com a solicitação dos clientes e, por isso, individuais ou em pequenas quantidades, com menores custos de armazenamento.

Um dos lamentos mais frequentes dos nossos empresários é a falta de mão-de-obra especializada. Com efeito, a dificuldade de contratação de recursos com conhecimentos técnicos é sobejamente mencionada como um obstáculo, levando a que a formação tenha de ser feita de raiz pelas empresas, com perda de tempo, custos elevados e, conseqüentemente, perda de competitividade.

Assim, a aposta na formação em competências digitais deve ser uma aposta forte do governo e das empresas, nomeadamente na utilização de fundos comunitários. A falta de ligação umbilical entre a educação/formação e a empregabilidade é particularmente importante na resposta aos desempregados existentes em Portugal. As necessidades da economia/mercado de trabalho, deve, assim, ser potenciada.

Também o conjunto de reformas que foram introduzidas ao nível da legislação laboral permitiu um maior ajustamento aos ritmos de mudança da economia global, mais amigo da inovação, do investimento e do empreendedorismo e, como tal, das empresas portuguesas. Desta forma, importa que este caminho de flexibilização do trabalho não seja posto em causa. A concertação social deve continuar a ser entendida como local de excelência onde os grandes temas encontram espaço para conciliação junto dos representantes dos seus principais destinatários: os trabalhadores e as empresas, com criação de valor e justiça social.

As infraestruturas de suporte são outro aspeto absolutamente essencial para as empresas, em especial para as de vocação exportadora. Os recentes números do investimento comprovam que a incerteza não permite a realização de planos de investimento credíveis, levando à sua deslocalização para outros destinos que ofereçam outras garantias de segurança. Assim, urge melhorar a competitividade fiscal e ter coragem de retomar a reforma do IRC interrompida, sendo absolutamente essencial que exista um verdadeiro pacto de regime nesta matéria, capaz de garantir a estabilidade. Propomos ainda a recuperação do Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI), com o objetivo de produzir um forte impacto no nível de investimento empresarial. É fundamental melhorar a competitividade fiscal do País e permitir um ambiente de negócios mais amigo do investimento, identificando oportunidades e atuando de forma eficaz nos domínios relevantes para os investidores.

Os custos energéticos são outro aspecto importante com o qual as empresas portuguesas se deparam. Os custos com a energia representam um peso enorme para a generalidade das empresas, pelo impacto direto nos seus custos, quer pelo indireto uma vez que as torna menos competitivas face aos seus concorrentes que têm acesso a energia mais barata.

2.2.3. Coesão social, territorial e protecção dos mais vulneráveis

A nossa preocupação e responsabilidade para com os mais vulneráveis, os que estão mais expostos à exclusão social, é um património inalienável. Assim, todo precisamos de políticas articuladas entre as diferentes áreas de governação que permitam melhorar a qualidade de vida dos mais desfavorecidos. Em Portugal, antes de qualquer transferência social, a proporção de pobres representaria quase 45% da população. A esmagadora maioria da população acima dos 65 anos seria pobre sem transferências sociais e mesmo após transferências sociais, cerca de 18% vive numa situação de pobreza. Os jovens são o grupo etário que apresenta a taxa de risco de pobreza mais elevada, considerando a taxa depois transferências sociais. Estes números espelham a importância das prestações sociais, mas revelam também que estas não são suficientemente eficazes e não permitem quebrar os ciclos de pobreza. Isto porque estão desligadas de outras áreas como da saúde, educação e formação ou da realidade económica e até do empreendedorismo. As prestações sociais precisam dessa interligação intersectorial para não fazerem delas reféns os seus beneficiários.

Precisam também de outra arquitectura: Portugal tem uma multiplicidade de prestações – mais de 60 diferentes - que promove uma enorme entropia no sistema e diminui a eficácia da resposta por parte da segurança social. O sistema deve caminhar para a convergência das diferentes prestações, sem qualquer redução em valor das prestações, mas criando um sistema único, menos complexo, mais moderno e eficaz na sua atribuição e onde os ganhos de eficiência podem, inclusive, ser aproveitados no aumento dos apoios efectivos.

Numa perspetiva global, importa que o Estado, não sendo o único agente a desenvolver o combate à exclusão social, possa e queira fundar parcerias que permitam uma maior abrangência e qualidade na resposta prestada. Seja criando uma rede solidária de partilha de recursos para respostas sociais, mas também um tecido económico capaz de conferir mobilidade social a quem a queira aproveitar. O princípio da subsidiariedade de que somos firmes defensores é vital na coesão e protecção dos mais carenciados pelo que deve ser incentivado e reconhecido.

Simultaneamente, é também importante proteger os mais vulneráveis das flutuações do mercado de habitação, com programas sociais de renda apoiada com base no rendimento das famílias, sendo a este nível fundamental aproveitar fundos europeus. Por outro lado, temos de

preparar todo o nosso modelo social para a baixa natalidade e pô-lo a prestar resposta à sua inversão.

Mas o modelo de coesão social desejável, não é concebível sem uma maior coesão territorial. Impõem-se assim maior descentralização, maior equilíbrio entre litoral e interior e entre mundo rural e zonas urbanas. Sem que as suas idiossincrasias sejam esbatidas, tem que haver respostas eficientes a todos os portugueses.

Também a saúde é um dos mais poderosos factores de integração e coesão sociais e do desejado bem-estar dos cidadãos. O sistema de saúde - com especial destaque para o Serviço Nacional de Saúde (SNS) –, é o instrumento insubstituível para garantir os valores do acesso, da equidade e da solidariedade social na saúde.

Em termos conceptuais, e face à tendência de crescimento das despesas com a saúde dos portugueses, nada obriga a que seja sempre o Estado a prestar, diretamente, todos os cuidados de saúde. Bem pelo contrário, um sistema nacional de saúde, de qualidade e reconhecida eficiência, deve, em certos casos, convocar os sectores privado e social a essa prestação, reservando ao Estado o papel de financiador, quando isso fizer sentido, e fiscalizador, como garante constitucionalmente consagrado.

Os sectores privado e social devem coexistir com o sector público, como concorrentes numas circunstâncias e complementares noutras. O que se pretende é uma Saúde eficaz, próxima e humanizada, de qualidade, eficiente e equitativa. Não uma Saúde que responda à ideologia, sem racionalidade económica, negando as consequências danosas dessa prioridade.

Esta visão alargada do sistema de saúde centra-se no utente, atende ao contribuinte, consagra liberdade de escolha, universaliza o acesso e garante mais eficiência e organização na prestação de cuidados. E é também do interesse do Estado porque o concentra na regulação, financiamento e fiscalização, delegando para os sectores social, cooperativo e privado parte da função prestadora.

O SNS, como peça central do sistema de saúde, tem de dar resposta a novos e crescentes desafios, como a profunda mudança do perfil demográfico e epidemiológico do país, o aumento das doenças crónicas, a crescente esperança média de vida e a inovação tecnológica. Por isso, deve ser fortalecido e modernizado de forma contínua e em todas as suas dimensões, apostando em oito eixos fundamentais: qualidade enquanto principal eixo orientador da saúde e dos cuidados de saúde: servir o cidadão e não o oposto, o que implica utilizar toda a capacidade instalada como resposta, anular redundâncias, desperdício e ineficiências; garantir o acesso eficaz ao SNS, mais rápido e mais universal, contratualizando capacidade aos setores privado e social – nomeadamente para assegurar o cumprimento dos tempos máximos de resposta e assim diminuir as listas de espera; transformar o actual modelo

de financiamento num modelo assente no sucesso e nos resultados alcançados; privilegiar os cuidados de saúde primários e o modelo das Unidades de Saúde Familiar, como porta de entrada no sistema, próxima, humanizada e adequadamente apetrechada; investir na formação de profissionais, nos serviços, em I&D, mas também na prevenção e promoção da saúde por oposição a um modelo centrado apenas no tratamento da doença; atender a áreas que têm sido tratadas como “parentes pobres”, como seja a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, a Rede Nacional de Cuidados Paliativos, o acesso a cuidados de Saúde Mental e as doenças raras incapacitantes; promoção da transparência dos resultados obtidos pelos prestadores de saúde e interoperabilidade dos dados, para uma gestão eficiente da informação; e, por último, promoção da saúde como área de criação de valor associado ao conhecimento, apoiado na investigação básica, clínica e de translação dos hospitais e das instituições de ensino superior.

2.2.4. A valorização do Portugal Rural e das Pescas

Portugal é um país com uma dimensão rural muito significativa. Somos, aliás, o 5º país da UE com maior percentagem de território rural (90% dos 9 milhões de hectares do país) e um terço do da nossa área está ocupada com floresta, outro terço com matos e pastagens e cerca de 25% com agricultura. As restantes áreas são urbanas ou improdutivas.

Por isso, a multifuncionalidade dos territórios rurais tem de ser potenciada e reforçada, pois só com uma forte ligação entre a agricultura, a floresta, os recursos endógenos e a conservação da natureza, por um lado, e as atividades da economia local como a caça, o turismo, a agroindústria ou a produção de energia, por outro, com uma forte aposta na ciência e inovação, será possível desenvolver a competitividade do sector agroalimentar afirmando a oferta nacional, garantindo mais e melhor emprego, a renovação geracional e uma verdadeira coesão territorial e desenvolvimento económico.

Para a concretização destes objetivos, é fundamental que a sociedade, cada vez mais caracterizada pela dicotomia urbano/rural, cidade/província, litoral/interior, compreenda e valorize o mundo rural, nomeadamente as externalidades positivas que fornece. Não podemos por isso aceitar políticas públicas que desconsiderem esse papel insubstituível da agricultura, e que, de forma muitas vezes anticientífica, a consideram uma adversária.

E este desígnio só será alcançado percebendo e aceitando que, na nossa diversidade, existem dois grandes tipos de agricultura - uma empresarial, especializada e sofisticada, produtiva e potencialmente competitiva e outra pouco ou nada especializada, associada a explorações de menor dimensão, frequentemente caracterizada pelo plurirrendimento dos empresários e da sua família. Se o primeiro tipo ocupa a maior fatia do território, o segundo representa um

número muito maior de produtores e é essencial para a preservação do ambiente e dos recursos naturais, mas ambos, embora com contributos relativos distintos, são essenciais para a sustentabilidade ambiental, para a manutenção da paisagem e para a oferta de bens alimentares.

As características mediterrânicas que caracterizam o nosso país fazem da água um factor crucial de competitividade e modernização da agricultura, mas também determinante para o combate à desertificação e a adaptação às alterações climáticas. O armazenamento e aproveitamento dos recursos hídricos através de charcas e pequenas e médias barragens, bem como a projeção e estudo da viabilidade económica da construção de canais de norte para sul do país de modo a aproveitar a maior precipitação que se verifica a Norte para encher reservatórios a Sul devem estar nas nossas prioridades, a par com o cada vez maior uso eficiente da água. A reutilização das águas residuais e o estudo de centrais de dessalinização da água do mar para utilização em rega devem ser vistas como complemento importante desta equação.

Também o sector florestal é estratégico para o desenvolvimento do país, pelas exportações que gera e o emprego que cria, e presta, indiscutivelmente, um conjunto de benefícios de carácter social que não são mensuráveis.

A estrutura da propriedade é a principal limitação em termos de rentabilidade e competitividade - 97% da área é privada mas 87% de muito pequena dimensão, com áreas entre 0,5 e 3 hectares - mas a floresta pode e deve ser um activo tanto para a economia como para a neutralidade carbónica se lhe dermos a capacidade de atrair investimento privado que potencie a gestão e a investigação, justifica-se a existência, em toda a floresta, de políticas de incentivo ao investimento e à boa gestão florestal, a incentivos à conservação e manutenção da biodiversidade. A floresta é o nosso maior sumidouro de carbono, pelo que, quem contribui para as metas ambientais – os proprietários - tem de ser remunerado pelo serviço que presta à sociedade.

O desenvolvimento sustentável é uma responsabilidade de todos, nomeadamente para com as próximas gerações, razão pela qual as opções políticas devem ter em conta o factor ambiental, numa óptica integrada e cientificamente sustentada. Mas a proteção do ambiente deve ser uma oportunidade e não um encargo, pelo que é necessária uma perspectiva económica da proteção ambiental, sem preconceitos, sustentada na inovação e no progresso tecnológico, que nos permitiram ao longo da história, enfrentar inúmeros desafios, de pragas a fome, e alcançar a prosperidade actual.

Em suma, olhamos para o nosso território, tão exposto às alterações climáticas, como um activo, uma riqueza que temos de preservar, potenciar e legar às novas gerações melhor do

que encontrámos. A nossa ruralidade e a nossa diversidade devem ser vistas como uma oportunidade, de desenvolvimento económico e do território, e não como uma ameaça.

Por outro lado, na sequência do que dissemos sobre o mar e a Economia Azul, e do reconhecimento irrefutável da vocação marítima de Portugal, importam algumas considerações sobre a Pesca. No que toca aos recursos piscícolas, a gestão dos *stocks* é da competência da UE que, nas sucessivas reformas da Política Comum das Pescas, tem vindo a refletir cada vez maior preocupação de sustentabilidade ambiental e das espécies.

A proteção das espécies em risco, quer pela sobrepesca, quer como consequência das alterações climáticas, passa também pela aposta na diversificação das capturas e na promoção do consumo de pescado de menor valor comercial e mais abundante, permitindo novos hábitos adequados à sustentabilidade das espécies. Portugal deve, no entanto, ter estudos científicos específicos próprios que permitam sustentar a sua posição numa avaliação mais precisa da situação dos *stocks* piscícolas como forma de compatibilização entre o exercício da pesca e a sustentabilidade de recursos.

Entendemos que a sustentabilidade ambiental obriga também a medidas de política que levem a um real investimento em aquicultura, que na UE está muito aquém do resto do mundo, a investimentos em portos de pesca, bem como de combate à pesca ilegal e deverá igualmente ser transversal às políticas na área do mar, quer na delimitação de novas áreas marinhas protegidas, quer na redução das emissões e do lixo marinho.

Todavia, a Política Comum das Pescas tem mostrado pouca flexibilidade para novas medidas e é essencial defender uma verdadeira subsidiariedade desta Política, permitindo uma adaptação às especificidades de cada país. Um dos nossos principais problemas nesta matéria é o facto de a renovação da frota, que em Portugal é muito envelhecida, não ser elegível. Ora entendemos que, uma vez salvaguardada a sustentabilidade das espécies, não há razões para não ser elegível a renovação da frota, até porque a nossa pesca é muito mais conservadora e seletiva do que a de outros países da UE. E estes investimentos têm também claras vantagens em termos ambientais pela renovação de motores com menos emissões de CO₂.

Para tal, há que fazer também uma aposta na investigação aplicada e inovação que potencie e consolide o desenvolvimento de atividades emergentes que terão necessariamente de ser compatibilizadas com as existentes.

2.2.5. Novo Pacto Intergeneracional

O ponto de partida é preocupante: a percepção de que os filhos terão um nível de vida pior que os seus pais; a realidade de muitos adultos activos e trabalhadores que dependem para

as despesas quotidianas de ajudas dos seus pais já reformados; o sobre-endividamento das famílias, onerando o presente e comprometendo o futuro; a escassez de respostas adequadas, quer infraestruturais, quer em apoios aos cuidadores, para satisfazer as necessidades de uma população cada vez mais envelhecida e a ausência de resposta capaz – e de baixo custo – às famílias que, dando um contributo na luta contra o garrote demográfico, persistem em ter filhos. Mas, se este ponto de partida é preocupante, o ponto de chegada não tem de ser uma profecia auto-realizada.

O CDS-PP, no entendimento que faz da importância do legado passado e das gerações mais velhas, das oportunidades presentes e da dinâmica das gerações activas e da esperança de um futuro melhor para as gerações mais jovens e por vir, faz a apologia da família, das suas redes de solidariedade, da sua autodeterminação nos valores, no gozo da sua liberdade e no respeito pelos seus projectos colectivos.

Defendemos, por isso, contas públicas equilibradas – despesa sustentada, investimento produtivo, inversão da tendência da dívida pública – porque só assim criamos condições de futuro sustentável e não penhorado e uma política fiscal menos agressiva do trabalho e do investimento, porque só assim criamos riqueza, estimulamos a poupança e promovemos a melhoria das condições de vida dos portugueses, no respeito pela sua liberdade de escolha. Defendemos também a dignidade da pessoa humana, em todas as fases da vida, e construímos alternativas políticas positivas, de livre escolha, nos diversos momentos da vida: da promoção da natalidade à protecção na velhice.

2.2.6. Justiça e Combate à Corrupção

A radiografia da justiça portuguesa mostra uma Justiça patológica: pouco eficaz no combate à corrupção e à criminalidade económico-financeira, inexplicavelmente lenta e extraordinariamente cara, pouco amiga da economia e da competitividade e, por isso, uma justiça que tarda e que não chega a todos.

Pior: temos, hoje, uma justiça em que o próprio Estado se comporta, tantas e tantas vezes, como o pior dos intervenientes processuais: incapaz de transigir, recorrendo sempre - ainda que por razões meramente dilatórias - e pagando aquilo em que é condenado tarde e, infelizmente, muitas vezes já não a horas, porque as empresas entraram em insolvência ou os cidadãos já perderam a força.

O sistema de justiça que queremos resulta, naturalmente, de uma visão humanista que coloque o cidadão no centro de todas preocupações, assegurando um Estado forte com os fortes, que respeite integralmente as Garantias dos cidadãos e que promova uma Justiça ágil.

É no combate à corrupção e à criminalidade organizada que se devem concentrar os recursos da justiça penal, mas para tal são necessários mais meios para melhor combate. Paralelamente urge criar um verdadeiro estatuto do arrependido e introduzir na legislação o regime da protecção do denunciante no âmbito dos crimes económico-financeiros.

Também o aumento de transparência no exercício de funções públicas é uma reclamação da democracia representativa a que os decisores políticos têm de dar especial atenção. É fundamental regulamentar o *lobbying*. O controlo do registo de interesses e património deve ser alvo de fiscalização efectiva, razão por que é fundamental garantir o reforço de meios do Tribunal Constitucional e do Ministério Público.

Também a relação dos cidadãos com o Estado é cada vez mais desequilibrada em favor deste, razão por que é essencial aumentar as garantias daqueles, sobretudo nos domínios fiscal, administrativo e penal. O Estado é, ao mesmo tempo, o garante do sistema de justiça e um dos seus maiores utilizadores. Quem todos os dias anda pelos Tribunais sabe que o Estado raramente termina uma acção por acordo, como também raramente deixa de recorrer para os Tribunais superiores e, pior, mesmo depois de condenado, o Estado demora, quase sempre, anos para pagar o valor em que foi condenado, por falta de dotação orçamental.

A verdade é que o sistema, tal como se encontra, potencia esta realidade: não transigir e impedir o trânsito em julgado de acções, mediante a interposição de recursos, permite remeter a obrigação de pagamento para o futuro, quando, provavelmente, os dirigentes de cada serviço do Estado já serão outros, como, sobretudo, também serão outros os dirigentes políticos.

Propomos, por isso, que todos os serviços do Estado tenham que provisionar, anualmente, as contingências das acções judiciais, deixando de haver um incentivo ao protelamento indefinido das acções em curso. Adicionalmente, dever-se-á consagrar a obrigatoriedade de o Estado, em tempo útil, proceder ao pagamento decorrente de condenações transitadas em julgado.

Também na justiça é possível inovar, por isso, propomos a criação de um sistema *multi-door*, público e privado, de resolução de litígios, com porta de entrada única, permitindo a orientação de cidadãos e empresas na escolha do caminho a seguir para a resolução de um litígio. Um tal sistema *multi-door* deve conter informação transparente e comparativa das várias vias alternativas ao dispor dos particulares.

Por fim, referir que a Justiça só poderá ser ágil e eficiente quando existir um corpo de assessores junto dos tribunais, que é uma solução há muito prevista na lei, mas, na prática, inexistente. Além de técnicos de outras áreas que complementam a do direito, é fundamental dotar os tribunais de assessorias em direito que libertem os magistrados para a mais tarefa fundamental de julgar pretensões, deixando de ser responsáveis diretos pela tramitação do processo.

2.2.7. Cultura

A cultura é muito mais do que o conjunto do que temos e do que queremos. A cultura é aquilo que somos consubstanciada numa plataforma de imaterialidade que congrega e sustenta a própria portugalidade. Desenvolver uma política cultural coerente é, por isso, um exercício de respeito pela diferença em linha com a necessidade de aproximar, congrega e promover a identidade de Portugal. Porque de uma identidade forte, coesa e sólida, depende a consciência de um povo. E desta, por extensão, depende a sua capacidade de compreender, avaliar, escolher e decidir o futuro.

Assim, não queremos uma política cultural que promova a dependência e o nepotismo, recriada a partir de mecanismos que aprisionam o génio artístico e que acorrentam de forma absurda os criadores culturais às amarras definidas pelos decisores políticos. Ou uma política cultural que valoriza a filiação e a orientação do artista em detrimento da excelência absoluta do seu trabalho.

Queremos, sim, uma política cultural assente na promoção da excelência e da criatividade, que promova a excelência da produção cultural nacional, criando mecanismos que sejam eles próprios independentes do decisor político e que assentem na valorização do que de melhor se faz; protegendo igualmente os mais fracos e os mais desfavorecidos e garantindo-lhes condições para mostrarem a sua genialidade.

Em termos estratégicos, a cultura é o caminho no qual se consolidam os principais elementos agregadores da nossa identidade. E, para fazer sentido pensar a cultura em Portugal, é essencial desligá-la dos velhos estereótipos associados meramente às nostalgias e aos cultos das tradições ultrapassadas. Desenhar um caminho para a cultura em Portugal obriga a repensar de maneira abrangente e total a forma como ela foi entendida ao longo das últimas décadas, enquanto elemento redutor da sociedade e totalmente dependente de uma perniciosa e tendenciosa intervenção por parte do Estado.

Os produtores culturais, nas várias faces em que se plasmam as expressões da nossa identidade, devem ser cada vez mais independentes e receber do Estado não os mesmos subsídios que os acorrentam a posições e opiniões que espartilham a sua imaginação e liberdade, mas sim a garantia de condições dignas e pujantes para poderem desenvolver o seu trabalho.

Muito mais do que no subsídio que inevitavelmente restringe a criatividade, a política de promoção cultural de Portugal deve passar pela criação de incentivos ao nível da criação de públicos e de mercados. Porque dessa maneira, havendo quem aprecie, quem apoie e quem deles usufrua, ficam criadas as condições de prosperidade que garantem ao artista as condições para poder singrar.

Ao nível das Artes, pretendemos um Portugal que se imponha pela excelência das suas obras e dos seus artistas, recriando cá dentro um nível de sensibilidade artística e de identidade cultural que seja promotor de uma arreigada consciência relativamente ao que é Portugal. Só

assim, apoiando quem verdadeiramente denota o génio artístico e o seu trabalho de excepção, podemos aspirar à projecção internacional e ao reforço da qualidade da arte em Portugal.

No que às letras, ao teatro e às demais formas de expressão linguística diz respeito, o princípio é o mesmo: apoiar os melhores para que cheguem mais longe e garantir aos mais desfavorecidos as condições necessárias para que lhes seja possível mostrarem a sua diferença relativamente ao que se faz em Portugal.

O património edificado, numa abordagem ampla que inclui os monumentos nacionais, os imóveis classificados e aqueles que estão em vias de classificação, bem como todos os edifícios e espaços que transportem consigo a memória urbana e/ou histórica do que é Portugal, é assumidamente plataforma privilegiada de promoção identitária e têm um impacto geracional sobre os Portugueses de agora e aqueles que depois de nós virão.

Conhecer o nosso património, gerando nas escolas e nas instituições os meios necessários para esse efeito, tem um efeito multiplicador em termos identitários, porque ajuda as futuras gerações a reconhecer quem somos e a aprofundar a sua consciência em relação a Portugal. Por isso, será também nossa aposta a criação de incentivos à sua identificação, cruzados com outros que motivem a reconstrução, a recuperação e a preservação dos valores existentes, gerando em seu torno um conjunto de políticas de animação e promoção que recriem laços de identidade e que motivem a proximidade comunitária entre os Portugueses e Portugal.

As Memórias de Portugal seguem, nesta linha de promoção cultural que é geradora de patamares de excelência naturais e verdadeiros, um caminho de propulsão de futuro, uma vez que, sendo assumidamente ninho de consciência, se transformam rapidamente nos eixos principais de uma bitola de qualidade pela qual todos ansiamos. Neste domínio, também o património imaterial do país, das tradições às línguas, deverão ser objecto de defesa por parte do CDS-PP.

Para tal, deve trabalhar-se ao nível das escolas e da educação, de forma a garantir que os programas lectivos integram as plataformas de promoção cultural necessárias para fomentar o gosto e a compreensão do que são a cultura e a arte.

De seguida, ao nível da comunidade, assume como prioritárias as intervenções que devolvam ao público, de maneira natural, a escolha sobre os activos culturais que quer conhecer, explorar, degustar e/ou viver, ao invés da política determinista e anti-democrática de entregar ao Estado e aos seus representantes institucionais a escolha daquilo que vai apoiar e desenvolver.

Por fim, equaciona de forma integrada as políticas que permitam a todos os Portugueses um acesso amplo e livre aos bens culturais, fomentando a consciência crítica em relação à realidade e motivando a criação de vínculos directos entre as novas gerações e as decisões sobre o futuro de Portugal.

2.2.8. Posicionamento de Portugal na Europa e no Mundo

Nos últimos anos o crescimento de democracias iliberais e movimentos anti-sistema têm sido uma realidade um pouco por todo o mundo. Face a este mundo em transição como pode Portugal através da sua política externa e inserido na UE promover o seu interesse nacional?

O CDS-PP reforça a importância dos valores da democracia liberal, dos direitos humanos, do multilateralismo e na expansão de acordos de comércio livre. Enquanto membro da UE e membro-fundador da NATO, Portugal insere-se na comunidade transatlântica de forma plena e activa e entendemos que estas duas organizações devem ser complementares e não concorrentes. Nesse sentido, em matéria de defesa e segurança, seja na vertente mais tradicional, seja na vertente *ciber*, todos os esforços da UE devem ser sempre enquadrados no âmbito desta comunidade transatlântica. No âmbito europeu tudo deve ser feito para garantir a segurança dos cidadãos e a partilha de *intelligence* de modo a evitar ataques terroristas e outras ameaças.

Em termos de alinhamento europeu, o CDS-PP manter-se-á empenhado no respectivo projecto, mas rejeita hoje, como no passado, todas as tentativas de caminhar no sentido da construção de uma federação, na qual os Estados vêm importantes parcelas da sua soberania transferida para a UE. Assim, o CDS-PP defenderá o voto contra todas as propostas no sentido de substituir o voto por unanimidade, por voto por maioria qualificada, no Conselho, seja em matéria fiscal, seja em matérias de Política Comum de Segurança e Defesa. O voto por unanimidade é uma salvaguarda de que cada Estado vale o mesmo e que as questões mais centrais na nossa vida em comum têm que ser decididas por todos. Esta é possivelmente uma das questões mais importantes do futuro próximo da EU, na qual o CDS-PP terá uma posição inequívoca e não negociável.

Em matéria da nossa participação na UE, é fundamental ultrapassar o modo de sobrevivência em que temos vivido de crise em crise. É importante terminarmos algumas dimensões cruciais para os cidadãos europeus como, por exemplo, o Mercado Único Digital. Há muito para ser feito com o objectivo de melhorar o funcionamento da UE e torná-la novamente um actor de prosperidade e de esperança. Hoje em dia são conhecidas as campanhas de desinformação nas redes sociais, alimentadas por movimentos anti-sistema. Temos que olhar para a saúde do nosso espaço público digital enquanto órgão vital da nossa democracia liberal.

O dever de cumprir as nossas obrigações quanto a refugiados é inegável. A Europa não deixa morrer quem foge da guerra, quem é perseguido. Não há, nem pode haver, qualquer hesitação quanto a este dever.

Isto claramente dito, impor o acolhimento de quem não quer ser acolhido num determinado lugar a quem não quer acolher, é um caminho que só pode criar conflitualidade e agravar divisões intra-europeias. É possível, e preferível, distinguir a partilha dos custos com o acolhimento dos refugiados do efectivo acolhimento. E é no interesse de todos (refugiados e Estados Membros) fazê-lo.

Quanto às migrações, há que compatibilizar a pressão crescente com o direito soberano de regular as fronteiras e decidir quem entra e com a ideia, que partilhamos, de que as migrações regulares são fonte de prosperidade dos países de acolhimento.

A par da aposta, à escala europeia, em processos que facilitem as migrações regulares, é forçoso admitir que haverá quem chegue por outras vias e que manter milhares de migrantes económicos em campos de acolhimento não é solução. Pelo contrário, o que há a fazer passa por reforçar o controlo das fronteiras externas, partilhando esse esforço entre todos os Estados Membros, colaborar com os países de origem, para reduzir a pressão migratória, criar processos de admissão e políticas de integração positivas.

Outra dimensão europeia que nos parece crucial é a relação com outros países, que não sendo aliados, são parceiros de Portugal e da UE, tal como a China. É muito importante que as relações com os nossos parceiros sejam pautadas pela reciprocidade sempre equilibrada com a protecção de sectores estratégicos, tal como tem sido referido pela Comissão Europeia. A China é considerada um «rival sistémico» e essa realidade é importante na procura de uma maior autonomia estratégica da UE, desde a tecnologia 5G à ajuda financeira a projectos de infra-estruturas.

O Atlântico é, sem dúvida, o mapa geopolítico e estratégico mais importante para Portugal e os seus aliados. Sendo evidente que, independentemente do futuro da relação do Reino Unido com a UE, entrámos numa nova fase. É nosso dever acautelar os danos colaterais desta nova fase e ter em conta os interesses e valores que nos unem ao Reino Unido. Não é só a sua presença na NATO e a sua capacidade militar que é relevante, mas também os vários laços comerciais, laborais e sociais.

Não é possível ignorar as estimativas que indicam que, em 2030, cerca de 90% do crescimento mundial terá origem fora do espaço da União ou que os mercados em desenvolvimento ou emergentes representarão 60% do PIB mundial. Tudo isto aponta para uma verdade simples: se formos rígidos – rígidos de atitude, de cultura ou de normas -, cedendo às pulsões nacionalistas e protecionistas, que abundam pela Europa fora, da extrema-direita à extrema-esquerda, desperdiçaremos uma oportunidade irreversível de nos posicionarmos na primeira linha do comércio internacional.

Entendemos que Portugal tem interesse numa maior convergência regulamentar, já que esta será um elemento absolutamente decisivo, na medida em que se traduzirá numa diminuição de custos e consequentemente no reforço da competitividade das nossas empresas. Com efeito, o CDS-PP revê-se e subscreve a orientação prosseguida pela Comissão Europeia, que durante o último mandato concluiu negociações de acordos tão relevantes como com o Canadá, Japão, Vietname, México ou Mercosul, sendo nosso objetivo contribuir para a consolidação de uma Política Comercial Comum, que vise a abertura de mercados em regime de reciprocidade, uma concorrência leal e a segurança jurídica dos investimentos realizados.

Portugal será tanto mais na Europa, quanto for actor principal na aproximação da Europa a regiões do Mundo, onde Portugal é especialmente competente, experiente e respeitado. Esse é o nosso valor acrescentado. Assumiremos a presidência rotativa da UE no primeiro semestre de 2021 e a experiência de presidências passadas demonstra que, quanto mais prioridades se incluem nos programas apresentados, menor é a sua consequência política. Por isso, o primeiro passo na consideração da viabilidade do programa da presidência portuguesa é a sua focagem numa linha mestra prioritária: África. Portugal é, porventura, o país em melhores condições para o fazer, dada a especificidade das nossas relações com África. Com efeito, a lusofonia é, e deve continuar a ser, um aspecto essencial do posicionamento de Portugal no mundo. O português é hoje uma das línguas mais faladas em todo o mundo, seja como língua oficial, seja através das comunidades de língua portuguesa espalhadas pelos cinco continentes. Não há nenhuma parte do mundo onde não se fale português, o que confere ao mundo lusófono uma condição estratégica a nível internacional. Para esta realidade contribui também uma nova centralidade dos países lusófonos nos respectivos contextos regionais. No caso de Portugal, a lusofonia deve ser um aspecto fundamental do nosso posicionamento na UE, tal como é a dimensão do nosso espaço marítimo. Com efeito, o português é o idioma do Atlântico, se juntarmos todos os espaços marítimos pelos estados atlânticos de língua oficial portuguesa. A este respeito note-se que todos os estados de língua oficial portuguesa são estados costeiros, localizados em quase todas as regiões marítimas do mundo. Esta localização estratégica dos estados lusófonos confere ao bloco um potencial único. A lusofonia não se deve restringir à língua, à cultura ou à proximidade e identidade colectiva profundamente enraizada na ligação fraterna entre os povos. A lusofonia deve ser também sinónimo de cooperação económica, científica e tecnológica, de progresso e desenvolvimento. A lusofonia exprime-se numa multiplicidade de domínios e deve ser, por isso, um factor decisivo da afirmação internacional dos países lusófonos.

Traçado o quadro geral, é importante regressar aos aspectos directamente mais determinantes na promoção de condições de dignidade e segurança do continente africano: dinamizar a Aliança UE-África, ancorada num modelo de crescimento económico inclusivo e gerador de emprego e oportunidades para a população jovem africana; definição de um quadro de cooperação regular em matéria de migrações, alinhado com a Agenda 2030 e o Pacto Global

para as migrações, sem perder de vista os efeitos não só nos países de trânsito como nos países destino; por último, o relacionamento entre povos passa pela relação entre as suas instituições e o CDS-PP tem um papel relevante a desempenhar a esse título.

2.2.9. Combate à Abstenção

O crescimento galopante da abstenção nestes mais de 40 anos de democracia em Portugal é um fenómeno que preocupa de uma forma geral todos os que aspiram viver numa democracia viva e participada. Invariavelmente, este tem sido um tema de análise nas noites eleitorais, com crescente preocupação pelo aumento do número dos abstencionistas, apesar de algumas iniciativas que, sendo concretas, não têm tido sucesso em fazer crescer os níveis de participação. Em 45 anos, o número de eleitores que não compareceu nas mesas de voto multiplicou-se por 8, saindo de pouco mais de 526.000 em 1975 para uns expressivos 4.250.660 nas últimas eleições legislativas. Tão grave como número absoluto e o aumento do percentual face ao universo dos inscritos é – ao que indica a maioria dos estudos sobre a matéria - o alargamento deste fenómeno às faixas etárias mais velhas, tradicionalmente mais participativas.

Saudamos a instituição do voto antecipado, que permite exercer o direito de voto a quem prevê alguma necessidade de mobilidade sem por isso ter que dar grande justificação. Apesar do mérito, esta iniciativa, somada a algumas outras, não foi suficiente para inverter a tendência de quebra da participação, que se tem vindo consistentemente a agravar.

É urgente passar das palavras preocupadas aos actos consistentes e integrados, procurando um consenso generalizado sobre as causas e as formas de combater a abstenção. Se por um lado é consensual que a falta de identificação com as propostas partidárias é uma das causas desta abstenção crescente, também parece consensual que a deficiência de informação e a incapacidade de entendimento das propostas parecem ser decisivas. Os estudos conhecidos apontam para uma abstenção socialmente assimétrica, o que deve orientar as estratégias e os planos.

O CDS-PP, enquanto partido fundador da democracia portuguesa deverá estar na primeira linha das acções e propostas objectivas e inovadoras que visem inverter a curva da abstenção em Portugal. Proporemos a criação de uma Unidade de Missão, composta e participada activamente pelo Governo e pelos partidos políticos com assento parlamentar, que leve a bom porto o estudo e a criação de um conjunto de iniciativas no curto, médio e longo prazo para melhorar consideravelmente a participação dos portugueses na vida cívica e política do País. Os nossos contributos serão, para além da reflexão coletiva e empenhada que resultar da análise dos estudos aprofundados sobre esta matéria, aqueles que levaremos à discussão

como iniciativas de curto, médio e longo prazo, de forma a podermos atalhar o caminho desde já.

No curto prazo, propomos que o dia de votação seja alargado à segunda-feira, uma vez que, de acordo com estudos académicos realizados em Portugal sobre a caracterização da abstenção, o aumento para dois dias de votação contribuirá para aumentar os níveis de participação.

Por outro lado, a evolução tecnológica e a posição de destaque que Portugal tem tido no desenvolvimento e na exportação de tecnologias da informação inovadoras como a Via Verde ou os telefones moveis pré-pagos, devem animar o poder político na busca de formas inovadoras de participação democrática, seja em referendos locais, referendos nacionais, orçamentos participativos ou mesmo em actos eleitorais de representação democrática.

Entretanto, e ainda no âmbito de médio prazo, o poder político – Governo e Partidos – devem encontrar formas de impulsionar e estimular os referendos locais e nacionais sobre decisões objetivas e de impacto concreto na vida dos cidadãos. O exercício recorrente a estes mecanismos, como o são também os orçamentos participativos das autarquias locais, são exemplos concretos de fomento da participação política e cívica que precisamos, em conjunto, amadurecer.

Acreditamos que a cultura de efetiva participação cívica e política se forja desde os primeiros anos de vida, e que a Escola terá aí um papel fundamental no que se refere a iniciativas de longo prazo. Desde logo estimulando desde a primeira infância a participação cívica, seja por meios de exercícios de participação concreta na vida da comunidade, seja exercitando o poder e o dever democráticos nas escolhas dos alunos.

2.2.10. Perspectivas de futuro para as novas gerações

As novas gerações não esperarão do seu futuro algo de muito diferente do que o que desejaram as que as antecederam: um país próspero onde possam ver realizados os seus sonhos e projectos para a vida nas suas várias dimensões. Elaborar um plano global que responda à multitude destes sonhos e projectos é evidentemente impossível ainda que possa às vezes ser popular dizer que se consegue. Antes importará tirar da frente as condicionantes e os obstáculos que impedem pelo menos o arranque do projecto de vida de cada um. E nesse campo Portugal tem caminhado no sentido contrário aos desejado.

A vida em Sociedade obriga-nos a responsabilidades e deveres que foram decididos antes de nascermos ou antes de podermos votar e que nos obrigam para o futuro. Se quisermos equilibrar direitos e deveres para permitir que haja algum módico de liberdade de decisão para quem ainda não pode votar deveremos procurar políticas que - não colocando em causa o

desenvolvimento presente - minimizem o impacto futuro de decisões tomadas sem possibilidade de intervenção pelos onerados.

A questão da dívida pública é uma importante peça neste cenário, como noutros lugares e a outros pretextos deixámos claro nesta moção. O aumento do valor que é devido pelos portugueses – e que, portanto, representa impostos futuros – limita severamente a liberdade de opções para as gerações mais novas e as que ainda nem nasceram. Uma sã política intergeracional deve limitar o valor do endividamento a um limite comportável, como aliás a União Monetária já obriga, mas muitas vezes sem consequência, com força de lei nacional.

Uma outra questão que limita as novas gerações é a insegurança do sistema de pensões. Desde anúncios regulares de “salvação” da Segurança Social por “50 anos” à constatação que a pirâmide etária não deixa espaço para essas euforias, a sensação de que se está a pagar para um bolo que não terá fatias quando os jovens de hoje se reformarem mina a confiança no futuro. Importa uma comunicação muito clara sobre a situação actuarial da Segurança Social e sobre as alternativas possíveis para devolver a segurança sobre a velhice aos jovens. Acreditamos que é necessário reformar o sistema dando-lhe maior transparência e uma previsibilidade de longo prazo que assegure uma efetiva solidariedade inter-geracional. Não é aceitável que quem entra hoje no mercado de trabalho tenha a perspectiva de vir a ter, no dia em que se reformar, uma pensão muito mais baixa do que quem se reforma hoje ou se reformou no passado. Para que se possa encontrar um novo equilíbrio, é essencial, antes de mais, reunir os inúmeros estudos já efetuados sobre a matéria, estabelecer um quadro claro de evolução a 30 anos e, com base nessa evidência, realizar as necessárias alterações. Simultaneamente há que aumentar a referida transparência do sistema: O Estado deve ter como objetivo primeiro reforçar a confiança no sistema e aumentar a sua transparência para que as pessoas possam, cientes, gerir melhor o seu futuro, gerando confiança e esperança. Para isso, há que criar contas individuais virtuais, que permitam ao Estado transmitir essa informação detalhada sobre as contribuições do trabalhador, as cotizações das entidades empregadoras, os anos de desconto e apresentam uma estimativa para o valor da pensão futura, considerando as regras em vigor. Com esta informação, cada pessoa pode tomar melhores e mais decisões de aforro, seja no público, no privado ou no mutualista. E para incentivar a essa poupança, propomos o reforço do funcionamento do actual sistema de capitalização, tornando-o mais atractivo e mais ágil, através da criação de um suplemento de reforma de adesão voluntária com benefícios fiscais para o trabalhador e para a entidade patronal de modo a que juntos possam garantir melhores pensões.

Portugal é um país inimigo do investimento e da acumulação do capital o que depois limita severamente o desenvolvimento nacional, o crescimento dos salários e o aparecimento de novas indústrias e serviços. Sintoma claro desse facto é a quantidade de jovens qualificados que têm de emigrar ou trabalhar abaixo das suas capacidades. É que se o país investe, e bem,

na formação superior das suas novas gerações, sem capital que permita colocar essa formação na economia, o investimento é deitado fora – e quando falamos na emigração isto assume sentido literal. Para inverter a situação necessitamos de um sistema fiscal que não desincentive a capitalização das empresas e de uma máquina fiscal que não seja percebida (justamente, diga-se) como arbitrária e todo-poderosa. Ao mesmo tempo a falta dum sistema judicial que garanta a rápida resolução de diferendos e o cumprimento de contratos continua a semear a insegurança e a dificultar decisões estratégicas.

Mas no geral é a percepção que tem de mudar: sem capital não há investimento e é esse investimento que pode pagar futuras “transformações digitais”, “revoluções verdes” ou “economias azuis” – o capital não nasce nas árvores e o estado cobrar mais impostos não o faz aparecer magicamente. E sem capital, repita-se, não há investimento. Ora este investimento é ainda fundamental para haver aumentos salariais reais, talvez a questão mais percebida como limitativa dum futuro em Portugal. Sem investimentos que permitam às empresas aplicar melhor os recursos humanos, os salários continuarão estancados, por muita boa vontade política (mal direcionada) que haja.

Em suma, para um futuro mais de acordo com as expectativas das novas gerações, Portugal precisa em si de ser um país mais preparado para o futuro. Mais prudente na gestão dos recursos futuros, mais capaz de dar caminhos aos jovens para garantirem a protecção na velhice e menos inimigo dos investimentos no presente.

2.2.11. Diálogo Social

Boa parte das soluções duradouras, estruturalmente equilibradas e sustentáveis para Portugal podem sair de um trabalho realizado em estreita articulação com todos os parceiros da concertação social que estejam disponíveis para o diálogo contemporâneo.

É uma mesa de negociações que o CDS-PP muito preza, a quem muito deve o país, pois dela saíram muitas das medidas que permitiram reformar Portugal. Reformas que prepararam o mercado laboral de forma estrutural e sustentável e que nalguns casos reformularam o seu modelo de funcionamento, permitindo que Portugal avançasse para um mercado de trabalho mais pródigo na criação de emprego, mais capaz de se ajustar aos ritmos de mudança da economia global, mais amigo da inovação, do investimento e do empreendedorismo.

O Diálogo Social é um património do CDS-PP, não só pela experiência governativa que acumulámos, mas também pelas premissas doutrinárias de concertação e síntese que nos caracterizam.

2.2.12. Economia Social

As sociedades actuais postulam a existência da economia social como uma base de construção que visa o bem-estar dos seus cidadãos e que envolve a participação das diferentes áreas governamentais de forma dinâmica e complementar. É por isso facilitadora da ligação das questões económicas com o ambiente em que se move e ocupa um espaço intermédio entre os sectores da economia do Estado e do mercado.

A economia social apresenta princípios e valores comuns às diferentes áreas, conferindo primazia à pessoa humana, apelando a uma gestão participada e democrática compatível com a autonomia face ao Estado. O seu objetivo não é o lucro, mas sim a solidariedade e a cooperação.

Nos últimos anos, a economia social tem assim alcançado um papel determinante na sociedade portuguesa. Esse espaço, que já lhe pertencia pelo volume de negócios em muitas regiões do país, ganhou relevância e materialização com a publicação da Lei de Bases da Economia Social – (Lei n.º 30/2013, de 8 de maio) que estabeleceu as bases gerais do regime jurídico da economia social, bem como as medidas de incentivo à sua atividade em função dos princípios e dos fins que lhe são próprios.

As organizações da economia social têm vindo a ganhar uma maior expressão e importância, quer em termos de cenários económicos, quer na sua forma de organização e expressão estratégica. Os desafios colocados a este sector, por via da disponibilização e benefício de fundos comunitários, bem como de participações públicas, estimulam as organizações do sector social a encontrarem diferentes formas de organização e utilização de princípios de gestão estratégica aplicada a métodos e instrumentos baseados na eficácia e no alcance de resultados.

As manifestações criativas e inovadoras que dão à economia uma outra dimensão, surgem como uma alternativa possível de organização e funcionamento das comunidades. Há princípios e valores da intervenção da economia social que devem ser salvaguardados nas diferentes atuações e medidas de política que possam vir a ser aplicadas.

É exatamente neste contexto que devemos particularizar dois eixos de atuação. Um com carácter específico e outro mais abrangente que implica toda a intervenção social:

Eixo 1 - Envelhecimento e condições de bem-estar

Muito embora as questões demográficas sejam ou devam ser transversais nas várias áreas de atuação, constata-se que Portugal é um país com uma taxa de envelhecimento muito acentuada e esta é uma realidade que merece o melhor empenho da classe política. Este eixo

deve por isso ser encarado como eixo principal de atuação para que os que mais precisam possam ter, durante mais tempo, melhores condições de vida e todo o apoio e benefícios necessários.

Neste contexto, estamos perante um grande desafio: manter os princípios de bem-estar social, garantindo, em simultâneo, um patamar económico mínimo.

Na próxima década, o número de pessoas com mais de 65 anos será significativamente maior do que o número de jovens. Os dados estatísticos disponíveis são inequívocos. A preocupação referente à qualidade de vida das pessoas mais velhas obriga, necessariamente, a repensar e a reformular as políticas que possibilitam apoiar novos produtos e serviços e que permitam melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas, com relevância para os mais vulneráveis. Com efeitos, estas acumulam, pela idade, e por diversas circunstâncias, isolamento e perda de rendimentos.

Eixo 2 - Apoio às famílias, modelo de cooperação

Ao longo dos anos, a cooperação entre o Estado e o sector social tem demonstrado ser um dos pilares de acção, cimentando a sua importância e necessidade. Para além de uma parceria de responsabilidade conjunta, a cooperação assenta, também, num contrato de compromisso entre o Estado e as IPSS que prestam apoio às populações.

Os pressupostos desta cooperação, têm sido mantidos ao longo dos anos, mas, parece-nos que as mudanças ocorridas na sociedade, bem como as transformações ao nível de conceitos, metodologias e intervenções demonstram uma necessidade efetiva de renovação, adaptadas aos atuais desafios.

O Estado deve, assim, apoiar a criação e a atividade das entidades da economia social e assegurar que o princípio da cooperação no planeamento e desenvolvimento dos sistemas sociais públicos se materializa. Deve por outro lado incentivar e valorizar as parcerias, rentabilizando recursos já disponíveis nas comunidades, conseguindo garantir a sustentabilidades das organizações deste sector.

É importante salientar que este sector económica e socialmente tem um impacto muito significativo no contexto e organização do País, devendo merecer uma atenção particular quanto à valorização das parcerias, à rentabilização dos recursos já disponíveis na comunidade, à coordenação eficiente de todos os recursos – princípio essenciais de uma boa gestão territorial, que consequentemente pode garantir a melhoria da sustentabilidade das instituições, e a um dos aspetos que envolve este tema: o actual modelo de cooperação.

O actual modelo não revela estas preocupações e por isso deve ser alterado. Alterado de modo a que o modelo de financiamento tenha em consideração as famílias mais carenciadas (diferenciação positiva), as periferias e as zonas mais deprimidas. Deve essencialmente considerar as características e os objetivos dos territórios, onde a intervenção e os serviços são disponibilizados.

2.3. Novas causas

2.3.1. Ambiente, Energia e Mobilidade

Tendo presente os efeitos extremos das alterações climáticas sobre os recursos hídricos (secas e cheias), é crucial apostar na eficiência do uso da água nas residências, na agricultura e na administração pública. De acordo com o *benchmarking* sobre eficiência hídrica da *International Water Association* (IWA), as principais cidades portuguesas apresentam um consumo médio diário bastante superior ao de cidades como Barcelona como Madrid.

A água potável, própria para consumo humano, é um recurso valioso e limitado, e requer medidas urgentes. Uma delas passa pelo desenvolvimento de um sistema nacional de eficiência hídrica dos equipamentos. Quanto à gestão operacional do abastecimento de água a resposta a dar terá de passar pela criação de redes de água mais inteligentes, dando ao cidadão a informação necessária para adotar um consumo sustentável do recurso. A sustentabilidade económico-financeira dos serviços de água e saneamento são condição necessária para a coesão social e territorial. Neste capítulo, é dever do CDS-PP pugnar pela agregação dos vários sistemas multimunicipais de água e saneamento de forma a assegurar eficiência na gestão dos serviços. Quanto ao sector dos resíduos, deve ser promovida uma economia mais circular, aproveitando os resíduos como fonte renovável de recursos – em linha com o enquadramento estratégico do PNGR (Plano Nacional de Gestão de Resíduos) e do PERSU2020 – através do reforço da concorrência, da redução de custos estabelecida no regulamento tarifário, do reforço dos objetivos de serviço público e de uma maior exigência e ambição ambiental.

Estima-se que mais de metade da população vive nas cidades, sendo que a urbanização do mundo continuará a crescer nos próximos anos. Por conseguinte, as cidades apresentam-se como consumidores intensivos de recursos naturais, representando atualmente 70% do consumo de energia primária total, subindo para 75% em 2030, de acordo com o *European University Institute*. Torna-se então pertinente endereçar o conceito de Cidade Inteligente, enquanto ecossistema dinâmico que conjuga a oferta e a procura de recursos de forma sustentável. Uma Cidade Inteligente promoverá a qualidade de vida dos cidadãos e a economia local, beneficiando da criação de medidas inovadoras e sustentáveis, tais como: o desenvolvimento de soluções de segurança e videovigilância baseadas em *BigData*; a

utilização da inteligência artificial para apoio à gestão do congestionamento rodoviário; a mobilidade elétrica (para transporte individual) e a gás natural (para transporte coletivo de passageiros); a utilização de fontes de energia renovável para produção descentralizada de eletricidade e calor; a promoção de sistemas de sombreamento dos edifícios baseado em árvores, de preferência nativas e adaptadas ao clima nacional; e a utilização racional de água, através de equipamentos mais eficientes, do aproveitamento das águas pluviais para fins não potáveis e do uso de água de inferior qualidade para a rega de espaços verdes.

A receita tradicional para o crescimento económico tem-se focado em critérios estritamente financeiros, ignorando o inestimável valor dos recursos naturais. O regresso ao *business-as-usual* prejudicará não só o capital natural, mas também a economia. Vários estudos indicam que a aplicação de medidas concretas para uma Economia Verde, permitiria desenhar um novo modelo de desenvolvimento, aumentando a produtividade, descarbonizando a energia, catalisando negócios *CleanTech*, promovendo mercados inovadores e assumindo a eficiência de recursos como uma prioridade intersectorial. Portugal deve acelerar a aplicação do conhecimento fundamental, de base científica, nos processos da economia, promovendo por essa via a criação de novos produtos e serviços.

Quanto à energia, refletir sobre energia é muito mais do que apresentar estatísticas sobre dependência energética, produção e consumo de eletricidade, transação de combustíveis líquidos ou mesmo emissões de CO₂. Energia é Economia. Em Portugal, a dependência energética tem diminuído ao longo da última década e o contributo das fontes de energia renovável aumentou, consideravelmente, nesse período (atualmente as renováveis abastecem cerca de 60% do consumo). Em termos da organização do sector elétrico, a liberalização da produção e do retalho devem ser acompanhadas por uma maior concorrência. Nesse sentido, propõe-se o reforço da transparência do modelo de governação da empresa concessionária da rede nacional de distribuição (RND) de energia elétrica, impedindo a partilha de serviços conjuntos, de instalações materiais e de sistemas de informação entre a concessionária da RND e empresas que atuem nos sectores da produção e comercialização de eletricidade. É imperativo consolidar o processo de liberalização do mercado da energia, através da criação de esquemas tarifários dinâmicos, oferecendo ao consumidor a possibilidade de gerir a procura e, dessa forma, ajustar o seu comportamento em função do preço da energia.

Depois de Portugal ter investido na descarbonização da oferta de energia elétrica, é agora o tempo de assumir a eficiência energética como a maior prioridade da política energética nacional, sendo para tal fundamental avançar com a contagem inteligente (telegestão) de energia, sem acréscimo de custos para os consumidores e promovendo a concorrência no sector.

Por fim, no que diz respeito à mobilidade urbana, de referir que esta não se resume à função de transporte de pessoas: a mobilidade consubstancia um fator determinante na qualidade de vida dos cidadãos e na saúde das cidades e representa cerca de 1/3 do consumo energético urbano e das conseqüentes emissões de CO₂. Não existe uma receita genérica para a construção de uma cidade sustentável, já que esta depende de características morfológicas, climatéricas, arquitetónicas e económicas. Desta forma, uma cidade compacta será energeticamente mais eficiente, resultando de uma mobilidade mais sustentável (menos quilómetros percorridos). Daí a importância de se realizar um correto ordenamento e planeamento urbano.

Assim, defende-se a aposta na expansão do metro, quando aplicável, e na introdução de autocarros elétricos com faixa exclusiva e com “experiência de viagem” semelhante ao elétrico. Pugnamos também pela: criação de centros de controlo de transportes coletivos em tempo real; modernização dos sistemas de bilhética; gestão do tráfego através de um sistema de semáforos inteligente (variável ao longo do dia e em função do congestionamento das vias); redução do preço dos transportes coletivos nas horas de reduzida procura; apresentação de informação multimodal *in situ* e via web, sobre a localização e hora de chegada de diferentes opções de transporte coletivo, alargamento do número de circuitos com faixas exclusivas para transportes coletivos entre outras medidas.

2.3.2. Inteligência Artificial, Economia Digital e Direitos dos Cidadãos

Se é verdade que a Inteligência Artificial (IA) comporta riscos, não é menos verdade que ela representa, efetivamente, todo um mundo novo que desafia até a mais inventiva das criações: da saúde à energia, da justiça à agricultura, do tráfego automóvel aos carros sem condutor ou do uso mais eficiente dos recursos naturais ao combate eficaz contra o crime, tudo pode ser uma oportunidade.

Daí que haja que olhar não só para o futuro do trabalho (e as respetivas conseqüências sociais que a questão arrasta atrás de si), como também para os problemas éticos e do foro legal que, obviamente, se colocam, desde logo na criação e no uso do respetivo algoritmo. Ponto é que, no centro, esteja o Homem. De facto, a IA não vale por si nem se serve a si própria – existe para servir o Homem, com o objetivo último de aumentar o seu bem-estar, a sua segurança e a sua liberdade, com respeito pelos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente consagrados.

Por isso mesmo, à cabeça das nossas preocupações têm de estar os problemas relacionados com o desenvolvimento e o uso do algoritmo – o erro de concepção, a avaria da *máquina*, a fiabilidade do sistema, a manipulação dos elementos que o compõem, o uso indevido de

dados, a legalidade do uso das inúmeras variáveis possíveis, a ética na sua conceção e uso são, apenas, uma pequena parte das inúmeras implicações da IA. É exatamente aqui que a intervenção humana deve começar, por si e para si.

Assim, guiados, pois, pelos princípios personalista e humanista – e tendo presente a Comunicação (2019) da Comissão Europeia “Building Trust in Human Centric Artificial Intelligence” - propomos: a criação de uma Agência Nacional de Inteligência Artificial para o registo e a monitorização da criação e utilização de sistemas que usem algoritmos; o robustecimento do modelo de uso e partilha de dados, em articulação com a Lei da Proteção de Dados Pessoais e a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Se é verdade que benefícios do desenvolvimento tecnológico e da transformação digital da sociedade, da economia e do Estado se fazem sentir no dia-a-dia dos portugueses, é preciso ter em conta que essa transformação também comporta riscos e, sobretudo, não pode ter por consequência a erosão das liberdades e direitos individuais, nem dos alicerces do Estado de Direito Democrático. O CDS-PP não deve hesitar em assumir um discurso político ancorado na ideia de que a digitalização da economia e do Estado não é sinónimo de um retrocesso em matéria de direitos e liberdades fundamentais, estando em qualquer caso na linha da frente na defesa da esfera de proteção do cidadão contra a erosão dos seus direitos que possa ser potenciada pelo digital.

Nunca como hoje o Estado português esteve tão informado acerca dos cidadãos. A existência de uma enorme quantidade de informação – em bases de dados e *online* – acompanhada pelo surgimento persistente de novas tecnologias para a analisar, são factores que contribuem para um crescente poder de controlo dos poderes públicos sobre os portugueses. O CDS-PP, partido desde sempre guardião das liberdades e garantias dos cidadãos, tem o dever de se mostrar atento e preocupado com estas tendências.

Reconhecemos que nem todos os riscos emergentes do desenvolvimento tecnológico se resolvem por decreto ou com soluções legislativas no sentido tradicional. Além do relevo crescente que a autorregulação vem assumindo ao nível global, o CDS-PP acredita que é também fundamental combater os níveis de iliteracia digital de modo a que aos cidadãos façam uma utilização consciente e informada das várias tecnologias e suas aplicações hoje ao seu dispor.

2.3.3. Novas Relações de Trabalho

Em todos os Governos há uma tendência natural de mexer nas leis laborais. Poucos são os que, e em particular os de cariz socialista, não resistem a incluir alguma disposição, em burocratizar alguma medida, ou até em criar uma taxa, seja para o empregador seja para o trabalhador.

Mas, diríamos nós CDS-PP, que a incidência não deve estar tanto aqui. O centro das relações do trabalho são as pessoas e as empresas, não é o Estado, nem é a burocracia. A família, o bem-estar, o lazer e o trabalho são valores fundamentais da nossa vida, numa sociedade de futuro e, por isso, têm de ser conciliáveis.

Defendemos nesta moção que o futuro é olhar para as novas relações do trabalho e para as transformações digitais. É olhar para as novas profissões e para o modo como hoje se trabalha. Há que olhar para a frente - que conjugar o "ponto ótimo" da inovação e produtividade dos empregadores, com a eficácia do próprio trabalho e a conciliação da vida pessoal, familiar e o bem-estar de quem o presta. Não queremos criar mais códigos, mas cremos que é hora de re-imaginar o trabalho. Por exemplo, estipular uma maior liberdade do local de trabalho, respeitando os tempos e horários, é uma imposição da modernidade que satisfaz as entidades empregadoras e os trabalhadores. A variedade de meios digitais e inovadores implica cada vez menos presença física dos trabalhadores adaptando-se os espaços físicos dos empregadores para locais mais modernos e adaptados. A mesma lógica se aplica ao tempo de trabalho, que deve ser mais aberto ou a criação de mecanismos entre a entidade empregadora e o trabalhador para a redução da jornada semanal para 4 dias, com redução de retribuição ou manutenção de horas de trabalho. É importante colocar o *part-time* na agenda laboral, e otimizar os tempos de férias para as famílias: para maior a compatibilização entre o trabalho e vida familiar, para quem têm filhos em idade escolar, importa que os trabalhadores possam conciliar os tempos de férias laborais com o calendário escolar e definir que estes têm prioridade na marcação das respectivas férias. Quanto à retribuição do trabalho, reconhecer e premiar quem mais trabalha - não sobretributar o trabalho extraordinário; reconhecer e premiar quem trabalha melhor - criar uma taxa fiscal única reduzida (ex. 16,5%) para os prémios de produtividade / bónus; reconhecer e premiar quem trabalha para pagar os estudos – quem até aos 25 anos de idade estuda e trabalha para pagar os seus estudos deverá beneficiar de uma bonificação fiscal de 100% se trabalho a tempo inteiro e de 50% se a tempo parcial.

É ainda necessário estabelecer a diferença entre trabalho e emprego e ir ao encontro do que irá procurar o empregador e o trabalhador – fazer um trabalho específico sem estar obrigado ao normal contrato de trabalho. É contrato “zero horas” onde dá ao empregador uma flexibilidade que a lei não autoriza e ao trabalhador os benefícios que um trabalhador independente não teria. Por vontade das partes, ambos são mais livres.

Propomos ainda que se olhe para o trabalho precário dos jovens por forma a que as modalidades de estágio ou trabalho temporário não se perpetuem e, com a mesma urgência, aproximar as regras do sector público ao sector privado em termos de regime laboral.

Acreditamos que re-imaginar o trabalho muda a sociedade, incrementa a produtividade no trabalho, fomenta a natalidade, fortalece a família e aumenta a felicidade.

2.3.4. Reorganização, Concorrência e Regulação de Sectores Estratégicos

Um país que fomente a livre concorrência, motivando o funcionamento das forças de mercado no sector empresarial, e que sancione as práticas anti-concorrenciais, contribui para o estímulo e crescimento da economia nacional, permitindo uma maior eficiência e competitividade das empresas. Existirá, deste modo, um estímulo crescente à inovação como modo de fazer face aos novos desafios num mundo cada vez mais global, e por outra via será gerado um impacto positivo nas finanças públicas.

Num mundo em que cada vez mais os diversos sectores, produtos, serviços e mercados se encontram interligados surgem novos desafios, também, ao nível da internacionalização e segurança.

Em matéria de concorrência “mais é mais”, com mais empresas, mais inovação, mais qualidade, mais diversidade, mais riqueza para o país, mais acesso, surgindo apenas um menos: menos custos para os cidadãos. Para que de facto existam empresas competitivas, inovadoras e com capacidade de concorrer entre si, são precisas políticas fiscais e laborais flexíveis adequadas que resultem num modelo de estímulo ao investimento privado e empreendedorismo. Nesse plano assumem especial relevância a atenção dada às PME e *Start-ups*, a simplificação burocrática e uma regulação eficaz e limitada ao necessário para corrigir as falhas de mercado, por exemplo, através da simplificação de obrigações procedimentais, fiscais e laborais, que lhes dêem um acréscimo de flexibilidade essencial para competirem com organizações de maior dimensão.

Como a capacidade inovadora das empresas não pode ser estrangulada, deve-se permitir às pequenas empresas o seu crescimento, contribuindo para que possam assim competir entre elas, bem como com as que já se encontrem estabelecidas quer a nível nacional quer europeu e global. Só assim se conseguirá gerar a riqueza que o país tanto precisa, promover a internacionalização das empresas nacionais, estimular a economia circular e o desenvolvimento contínuo.

Ora, para garantir a eficácia do funcionamento de mercado e a correta aplicação da regulação são necessários mecanismos cuja aplicação seja exequível e eficaz, sendo o seu cumprimento supervisionado de forma eficiente e absolutamente independente por entidades autónomas do Estado e dos interesses instalados.

Os dirigentes das referidas entidades reguladoras independentes deverão ser sujeitos a um escrutínio especial. A sua aprovação apenas deverá ser feita após audição por parte das Comissões Parlamentares. Por outro lado, os mandatos dos referidos dirigentes deverão durar no máximo o período de uma legislatura e meia (6 anos), não podendo existir recondução de modo a garantir precisamente a verificação da imparcialidade e dinamismo da própria entidade. As entidades reguladoras deverão ainda submeter à Comissão Parlamentar responsável da Assembleia da República um relatório de atividades bem como o seu Relatório e Contas por forma a evitar situações de conivência com determinados operadores e gestão danosa.

Estas formas de controlo devem ser aplicadas a todos os reguladores sem exceção – com especial relevância para os relativos aos sectores estratégicos do Estado-, devendo ser estabelecidos também requisitos de independência e limites ao conflito de interesses, imprimindo-se desta forma a mesma exigência e objetividade a todas as áreas reguladas, com vista à salvaguarda dos direitos dos cidadãos e da defesa da concorrência. Neste sentido, não deve ser permitido que membros do Governo, ou cessantes dentro de um determinado limite temporal, possam transitar para as entidades reguladoras. Também deverá ser determinado um período mínimo de inibição de exercício de funções empresariais para os dirigentes de supervisão em setores que tenham sido alvo de regulação.

Não existindo qualquer tipo de dúvida que a gestão das indústrias de rede deverá ficar a cargo da gestão privada, tem que se garantir que no centro da sua política de gestão estratégica estão também ponderações relacionadas a segurança nacional e de natureza geoestratégica para o País. Esta preocupação é especialmente relevante num momento em que os desenvolvimentos tecnológicos comportam novos desafios, em especial os relacionados com a ciber-segurança e o terrorismo cibernético, entre outros. Assim, para além de especial atenção quanto a situações de monopólio que podem resultar em abusos de posições dominantes é relevante assumir outras preocupações.

Neste contexto, as aquisições de empresas relacionadas com sectores estratégicos nacionais por países terceiros à UE, em especial quando estejam em causa aquisições por empresas detidas por capitais maioritariamente públicos, deve ser analisada pelas entidades de regulação numa base casuística sendo empregues critérios de rigor e de natureza geopolítica. No limite será relevante determinar um princípio de acordo com o qual o controlo dessas empresas estratégicas deve pertencer a empresas nacionais ou consórcios europeus, sujeitos a mecanismos de regulação e supervisão idênticos aos nacionais. Tudo isto em linha com o entendimento da Comissão Europeia sobre *Screening of foreign direct investment*.

2.3.5. Transformação Digital do Estado

As tecnologias de Informação permitiram e sustentaram uma das maiores transformações da vida em sociedade das últimas décadas. Os diferentes actores da sociedade contemporânea alteram estruturalmente a forma como se relacionam, alteraram a estrutura e prioridade das suas necessidades fundamentais. Os fundamentos da comunicação, privada e pública, a forma de prossecução dos objetivos individuais e coletivos, a procura e partilha do conhecimento, transformaram-se radicalmente. Passou-se de uma vida reservada, para uma vida partilhada.

O mundo tornou-se num mercado local em tempo real, o conhecimento universal e a exigência uma necessidade. Criou milhões de novos consumidores, abriu oportunidade a milhares de novos negócios. Criaram-se milhares de novos modelos de negócio.

Neste contexto global, remoto e digital, o Estado não pode deixar de acompanhar a sociedade. A transformação digital que se exige ao Estado é, em primeiro lugar, acompanhar a evolução da sociedade que o financia e que ele serve, e a obrigação de se relacionar com os seus cidadãos e instituições, da forma como estes agora se relacionam entre si.

A era digital cresce e desenvolve-se alicerçada em significativos investimentos. Do Estado e das empresas. Numa perspectiva global, integrada e de colaboração. Quer isto dizer que a transformação digital tem que ser percebida como destino de elevado investimento, o qual não poderá ser pensado nem executado de forma isolada e local. Terá que ser discutido à escala internacional, desenhado e desenvolvido de forma colaborativa.

Hoje é claro para todos os agentes políticos e económicos que Portugal tem que estar integrado nas rotas aéreas, marítimas, rodoviárias e ferroviárias. Mas são pouco claras, ou pelo menos pouco discutidas, quais as vias digitais em que Portugal tem que estar, quais as rotas que temos que seguir, bem como os nós que temos que assegurar.

O Estado português deve garantir participação portuguesa de recursos humanos e financeiros junto nos principais laboratórios mundiais de desenvolvimento de *hardware* e *software*, uma vez que esta é a forma de garantirmos que temos capacidade técnica e científica de acompanharmos sempre a primeira vaga de todas as mudanças e transformações tecnológicas.

A digitalização – aqui entendida como desmaterialização de processos – é uma ferramenta eficaz no combate à burocracia e entropia que o Estado impõe a si próprio. À data de hoje são inúmeras as áreas do Estado que não falam e não se relacionam entre si. O crescimento de

um Estado que se serve a si próprio, fechado em silos tem expressivo impacto na vida dos cidadãos, na produtividade e actividade económica, na eficiência do próprio Estado.

A Administração Pública precisa de tornar digitais todas suas regras, processos e actividades. Não é aceitável que as diferentes interações realizadas dentro da Administração Pública ainda tenham intervenção manual e física. Este desígnio obrigará a um redesenho organizativo e procedimental de forma a tornar a actividade da Administração Pública tão digital quanto as rotinas das organizações nativas digitais.

Também a digitalização dos procedimentos na Administração Pública não poderá circunscrever-se a simplificar e tornar mais eficientes as actividades internas do Estado. Deverão ter como fim último acompanhar a transformação que se vive na sociedade e com isso estar mais próxima e ao serviço dos cidadãos. Os cidadãos já não aceitam nem compreendem as inúmeras interações presenciais que têm que realizar no seu quotidiano, com recorrente recolha de documentos nas múltiplas repartições do Estado.

A eficiência e eficácia conseguidas com a digitalização na gestão da Administração Pública e na sua relação com os cidadãos assume uma importância exponencial quando avaliamos o seu impacto na vida das empresas que atuam num mercado aberto e com concorrência global. Mas, uma vez mais, o primeiro passo deverá ser o de automatizar procedimentos e reduzir os graus de liberdade no processo de tomada de decisão. Há uma excessiva ambiguidade nos processos de decisão o que implica uma enorme carga humana de análise, às quais estão naturalmente inerentes tempos de reflexão, dúvidas e inquietação. E só a automatização que a digitalização permitirá aumentar o grau de certeza e de previsibilidade na relação das empresas com o Estado e, com isso, aumentar a rapidez e segurança dos negócios.

Por último, a digitalização permite uma maior responsabilização dos gestores públicos e agentes políticos relativamente às suas decisões. A digitalização de processos e a rastreabilidade das decisões tomadas permitem uma perpetuação dos critérios de avaliação e consequentes opções seguidas. Permite uma maior monitorização entre o planeado e o executado. Possibilita um controlo interno, bem como uma monitorização pública das decisões e consumos, aumentando assim a transparência e fiscalização de todos os atos governativos.

2.3.6. Visão Qualitativa da Administração Pública

Alguns dos valores que o CDS-PP tradicionalmente mais preza, como a protecção das liberdades, a segurança e a ordem pública, a justiça e o combate à corrupção ou a protecção dos mais vulneráveis, só para dar alguns exemplos já abordados nesta moção, não se faz sem uma Administração Pública qualificada, motivada, dotada de recursos e respeitada. Porém,

para assegurar um Estado presente nas funções essenciais e a agir na sua máxima racionalidade, o mesmo Estado não pode querer estar em todo o lado.

Querer estar em todo lado com tudo é não estar em lado nenhum com o necessário.

Por outro lado, nas funções em que o Estado está – por dever estar –, deve dignificar o trabalho aí levado a cabo e fortalecer a autoridade e dignidade dos seus executantes. Motivar, aumentar a produtividade e responsabilizar os trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas deve ser uma preocupação do CDS-PP, com o sentido de responsabilidade e a certeza que só com eles e não contra eles se pode melhorar o serviço público.

Nem a desconfiança como ponto de partida; nem a incosequência como ponto de chegada.

Há que contratualizar rigorosamente os objectivos e os recursos disponíveis para o seu atingimento, em todos os níveis hierárquicos, e sindicar os resultados. Um modelo desta natureza exige não só gestores públicos competentes, comprometidos com o serviço público, alinhados e conhecedores das regras da gestão pública e dos negócios que estão a gerir, como exige também políticos mais competentes e informados sobre os serviços e as suas vocações no quadro dos seus ministérios.

Importa não confundir a Administração Pública e os seus trabalhadores, na sua vocação de serviço público e sentido de missão para com Portugal e os portugueses, com o gigantismo estatal, com a sua *libido dominandi* e sentido de auto-preservação e auto-justificação.

Queremos, como sempre quisemos, menos Estado, melhor Estado.

3. O Partido

3.1. A Força do Património Doutrinário do CDS

«Somos contra a exploração do Homem pelo Homem e, também, contra a exploração do Homem pelo Estado.»

Adelino Amaro da Costa

3.1.1. Quem somos

Contra a corrente, o CDS-PP nasceu ao centro num país pós-revolucionário que quis dispensar a direita política da participação no Portugal democrático. A Constituição da República ostenta ainda hoje a chaga preambular dessa aspiração hegemónica socializante. Num ambiente político marcado pelo enviesamento fundador - e que lamentavelmente ainda perdura-, o CDS-PP foi o único partido relevante a apresentar-se ao eleitorado constituinte

com um programa não-socialista, descomplexadamente alinhado com as democracias ocidentais e enraizado no património civilizacional, cultural e espiritual europeu de que é permeada a sociedade portuguesa. Passados mais de quarenta anos sobre a sua fundação, o CDS-PP não pode deixar de se alegrar pelo facto de o Portugal de hoje ter seguramente mais relação com a sua proposta e perspectiva, originais e alternativas, do que com os demais projectos que com elas concorriam.

Com excepção de um período curto, internacionalmente o CDS-PP integrou, praticamente desde a sua fundação, a ampla família europeísta dos partidos democratas-cristãos, adoptando no seu seio uma posição que evoluiu da ala federalista para a corrente não-federalizante. Ao contrário de outros partidos nacionais que experimentaram tentativas de adesão a diversos blocos políticos internacionais, o CDS-PP não teve dificuldade em definir o seu referente doutrinário nem o seu posicionamento internacional e integra com naturalidade o Partido Popular Europeu e o grupo parlamentar europeu do Partido Popular Europeu (democratas-cristãos). A esta pertença europeia soma-se a na União Democrata Internacional que, para além de partidos do PPE, conta com o Partido Republicano dos EUA, o Partido Conservador Britânico e o Partido Liberal Australiano entre os seus membros mais relevantes. Em contraponto às ideologias, nomeadamente as que colocam o foco na Vontade Geral ou no Povo, entidades abstractas, o CDS-PP adoptou como doutrina matricial, como chave de leitura para as suas propostas, o humanismo personalista de inspiração cristã que se centra na Pessoa e no respeito pela sua dignidade. A pessoa concreta, única e relacional, imersa em obrigações, costumes e relações não-contratuais e pré-políticas, irrepetível e inobjectivável, está na base e é o fim da sua acção política. Apesar dos diversos cambiantes do seu destino colectivo e dos distintos posicionamentos estratégicos e táticos que foi assumindo, o CDS-PP nunca questionou a raiz do seu pensamento nem pôs em causa a sua actualidade. Não será agora que o deve fazer.

O CDS-PP pretende conservar e respeitar a liberdade da sociedade, propor-lhe propostas exequíveis e aptas a responder a problemas reais e que traduzam os seus valores (não por serem seus, mas porque são os melhores). Em suma, este é um partido que coloca a doutrina ao serviço da sociedade e não pretende formatá-la de modo a que se justaponha a qualquer utopia. Um exame à história do século XX não ficará completo sem a constatação da brutalidade inumana dos regimes que procuraram fundir os partidos com as nações e que as colocaram na mais abjecta miséria, humana e material. A luta contra modelos totalitários repressores da sociedade civil faz parte do código genético do CDS.

Sem o CDS, Portugal seria (ainda) mais desequilibrado para a esquerda. A adopção de uma constituição de tom e pendor marxizante teria sido indisputada. A luta pela liberdade individual, pelos mais elementares direitos pessoais em que sobressai o direito à vida, pela propriedade e iniciativa privadas teria sido ainda mais difícil, senão impossível. Na melhor das hipóteses,

um bloco central indistinto e pragmático de vaga inspiração social-democrata ter-se-ia instalado e revezado no poder, revisitando o rotativismo novecentista de má memória e frustrando todos aqueles que, à direita do centro, não tivessem desistido de pensar e de agir.

3.1.2. Onde estamos

Decidida a questão do posicionamento do partido no eixo esquerda-direita que ocupou os seus primeiros anos, o CDS-PP assume-se como um partido de direita que ambiciona representar o espaço político que vai do centro à direita democrática.

A resolução da questão posicional foi substituída internamente, e de modo auto-flagelatório, pelo pretense debate ideológico em torno de três alegadas correntes internas – a democrata-cristã, a conservadora e a liberal – e foram feitos esforços para que estas se estruturassem em alas ou tendências. O falhanço da maioria destas iniciativas demonstrou não ser verdadeira a visão de um partido segmentado em torno de ideários puros e concorrentes. Sendo a realidade significativamente mais complexa, estas divisões estanques são incompreensíveis para a maioria dos militantes que, felizmente, não perspectivam o mundo nem a acção política de um modo hermético e para quem as designações «centristas», «democratas-cristãos» e «populares» são fundamentalmente sinónimas.

Na verdade, o CDS-PP, assim como não tem dúvidas quanto aos seus valores fundamentais, não se espartilha voluntariamente em coletes de força ideológicos. Os seus militantes não vêem qualquer antinomia em que um partido de matriz democrata-cristã assuma uma atitude liberalizante quanto à economia; um pensamento social robusto centrado nos mais necessitados; a defesa da autoridade do Estado, das suas funções soberanas, dos seus interesses estratégicos permanentes e do seu carácter subsidiário e regulador; o respeito absoluto pela autonomia e insubstituibilidade dos corpos intermédios da sociedade, em particular do lugar da família enquanto célula básica da sociedade; o cumprimento e promoção da liberdade de educação; a prudência no tocante à preservação das instituições e a sua reforma sempre que esta se justifique; a defesa das vidas em situações mais precárias das pressões eugenizantes do materialismo de inspiração marxista; a solidez das contas públicas, o alívio fiscal e o rigor orçamental; a preocupação com o despovoamento do interior, com as alterações climáticas e com a conservação dos ecossistemas; a atenção para com a revolução digital e a evolução do mercado de trabalho. Tudo isto é património do CDS.

O CDS-PP deve assumir o seu património integralmente, sem cortes com o passado nem rupturas artificiais ou refundações precipitadas, mas com firmeza doutrinária e abertura a todos os que querem construir uma verdadeira alternativa política ao socialismo que nos desgoverna.

3.1.3. Para onde vamos

É recorrente no CDS-PP a evocação do seu primeiro congresso e o cerco que se lhe seguiu. Esta é justamente feita para recordar a dureza dos primeiros tempos do partido, para homenagear a coragem, tantas vezes física, dos seus fundadores, e para convocar os mais novos para a necessidade de lhes seguirem o exemplo de generosidade e de perseverança. Ante a violência da extrema-esquerda, o combate a dar à intolerância não dependeu de pendoros mais democrata-cristãos, conservadores ou liberais. Teve que ser travado. Foi-o através de um esforço conjunto, de uma resposta firme e democrática, assente nos valores comuns e que irmanavam todos os que ali se encontravam. Hoje o cerco está de volta.

O espaço não-socialista confronta-se com um dos piores resultados de sempre e o CDS-PP deixou de ser um partido médio no espectro parlamentar para assumir a condição de maior dos pequenos partidos. Esta circunstância angustiante reduz-lhe a capacidade de intervenção, enfraquece a sua estrutura e põe em causa a sua autonomia estratégica. E o CDS-PP é mais preciso do que nunca.

O Portugal político resultante das eleições de 6 de Outubro de 2019 aproxima-se perigosamente dos sonhos excludentes de parte dos constituintes de 1976. A esquerda dispõe de uma maioria ampla e, nela, o Partido Socialista assume uma posição de relativa hegemonia. Domesticada a extrema-esquerda revolucionária que não conseguiu ceder ao apelo do poder, o PS tornou-a cúmplice da sua governação e, simultaneamente, ficou refém dos seus caprichos propagandísticos, do seu intervencionismo ideológico e dos seus projectos de engenharia social.

Instalada nos meios de comunicação e nas universidades, a esquerda totalitária, que colonizou intelectualmente o PS, quer decidir o que os portugueses têm que pensar, que palavras e conceitos podem usar, que espectáculos lhes é permitido frequentar e o que devem comer. Enquanto apregoa a tolerância, a diversidade e a inclusão, esta mesma esquerda proíbe o respeito pela história de Portugal, insulta as forças armadas e de segurança, ofende e hostiliza o mundo rural, degrada a condição humana enquanto exalta o animalismo, promove o “multiculturalismo” guetizante e vigia o sentido de humor.

Apostada na dominação do país por uma federação conflituosa de minorias agravadas e revanchistas permeadas de repúdio e de hostilidade – sem que as pessoas concretas a tenham mandatado para o que quer que seja –, esta esquerda quer impor à restante população um estado permanente de apresentação subserviente de pedidos de desculpa por crimes que não cometeu. O CDS-PP não só não pede desculpas como as exige a quem quer rasgar o tecido social e faz assentar a sua proposta política na intolerância para com todos os que procuram manter algum grau de fidelidade a valores intemporais e na confusão propositada entre força, poder e autoridade, por um lado, e poder legítimo e poder ilegítimo, por outro.

Pelo contrário, o CDS-PP não se exime de falar para todos os portugueses e de lhes propor uma alternativa séria, sólida e coerente fundada em princípios e valores. É um partido popular. Ama Portugal, preza a independência, a história e a cultura do seu país e compreende a relevância das principais instituições que o estruturam. Revê-se no legado civilizacional do Ocidente e nas suas maiores realizações políticas e culturais que não seriam iguais sem o contributo português. Assume uma visão integral da pessoa humana que compreende a sua dimensão familiar, social e comunitária e lhe impõe o respeito pela sua dignidade e pela respectiva esfera inalienável de liberdade, a prossecução do bem comum e o cuidado com os mais vulneráveis. Valoriza o esforço, o mérito e o espírito de iniciativa económica. Atribui ao Estado um lugar indispensável e elogia a abnegação dedicada dos seus funcionários. Acredita no valor da democracia e no papel insubstituível do pluralismo para que esta cresça e se reforce. Recusa a apropriação da linguagem e do espaço público pelo pensamento único vigente e o relativismo desconstrutor que aquele esconde. Novamente contra a corrente, o CDS-PP estará ao lado dos portugueses na primeira linha do combate pela liberdade.

A esse título, é oportuno visitar hoje a Declaração de Princípios de 1974:

Defendemos o humanismo personalista porque ele é, mais do que qualquer outra ideologia, o melhor caminho através do qual se procura combater a exploração e a opressão do homem pelo homem. Pois estas não são apenas as que resultam da organização económica e social dos meios de produção:

O homem é explorado quando se sente asfixiado pelo aparelho burocrático do Estado;

O homem é oprimido quando, por qualquer modo, lhe é vedada a liberdade interior, ou a abertura ao transcendente espiritual;

O homem é oprimido quando a sua vida privada não decorre com a necessária intimidade;

O homem é explorado, a qualquer nível, quando é sujeito ao exercício tirânico da autoridade ou a imposições abusivas de minorias activistas;

O homem é explorado quando a sua consciência de pessoa é abafada pelas massas ou é objecto de manipulações da sociedade de consumo.

Contra todas as formas de exploração e de opressão, urge lutar, mobilizando as múltiplas conquistas do progresso, com vista a uma nova ética da vida em colectividade.

Para onde vai o CDS? O CDS-PP vai à luta.

3.2. Reorganização Interna

3.2.1. Alterações Orgânicas e de Funcionamento dos Órgãos Nacionais

As alterações orgânicas a promover no CDS-PP serão amplamente debatidas no quadro de uma revisão estatutária. Nessa revisão procurar-se-á a simplificação dos Estatutos, a sua actualização e a introdução das alterações necessárias. Concluído o processo de revisão de estatutos, em conformidade, deve iniciar-se o processo de revisão dos Regulamentos.

Nos últimos anos o CDS-PP alargou várias vezes os seus órgãos nacionais. A consequência é um enorme desequilíbrio entre a organização central e a organização local. O peso das estruturas nacionais é muito grande e relativiza a representatividade das estruturas locais. O efeito mais expressivo desta realidade é o número de inerências que esses órgãos geram.

É fundamental reduzir a dimensão dos órgãos nacionais tornando-os mais eficientes. Como consequência desta redução os representantes das estruturas locais passarão a ter mais peso e mais hipótese de se fazer ouvir.

Por outro lado, é importante aumentar a democraticidade interna. Se há uns anos isso aconteceu com a introdução da possibilidade de várias listas elegerem representantes para os órgãos de Jurisdição e Fiscalização, bem como, para delegados a Assembleias Deliberativas, deve estender-se esse método à Mesa do Conselho Nacional. À semelhança do que acontece na Assembleia da República, a mesa do parlamento do partido deve ser representativa das diferentes sensibilidades aí existentes.

Também no funcionamento dos órgãos nacionais haverá alterações, no sentido de descentralizar e especializar o seu funcionamento.

Com o objectivo de descentralizar o partido, o Conselho Nacional deve ter as suas reuniões ordinárias fora da Sede Nacional e só as extraordinárias poderão aí realizar-se. Faz todo o sentido que o órgão máximo do partido entre congressos reúna em todo o país. Ainda em relação ao Conselho Nacional, este deve ter uma reunião de dois dias pelo menos uma vez por ano. Estas reuniões devem ter agendas temáticas que justifiquem uma discussão mais profunda.

Também a Comissão Política Nacional terá reuniões descentralizadas. Nessas reuniões serão abordados temas relevantes para a região em que se realize a reunião.

As reuniões de ambos os órgãos realizar-se-ão ao fim-de-semana, realizando-se à semana apenas quando a urgência o exija.

Quanto à Comissão Executiva, todos os seus membros terão pelouros atribuídos e estes serão de conhecimento público. Serão atribuídas a três Vice-Presidentes três áreas estratégicas para o partido nos próximos dois anos. O interior justifica ter um Vice-Presidente exclusivamente dedicado ao seu acompanhamento. Quer em termos internos, quer em termos externos. Esse Vice-Presidente trabalhará o fortalecimento do partido nas regiões do interior do país e terá a responsabilidade da agenda política do partido para responder aos desafios aí existentes. Outro Vice-Presidente terá a responsabilidade da formação política e autárquica, nos termos que a seguir se desenvolverão. Também a comunicação justifica a existência de uma Vice-Presidência específica. A responsabilidade pela difusão da mensagem e a imagem do partido são matérias de enorme importância, tal como a componente interna de informação e argumentário para que os nossos dirigentes e militantes estejam habilitados a defender e promover as causas do partido.

Ao nível distrital proporemos uma alteração substancial do modelo actual. Os órgãos passarão a ser eleitos em congresso distrital, permitindo estes um debate mais profundo e produtivo sobre a realidade do distrito, através de moções globais e sectoriais. Estes congressos promoverão a participação dos militantes e a sua formação política. Outro objectivo é servirem, também, para abrir o partido à sociedade, permitindo, experimentalmente, a participação de independentes.

Com estas alterações o CDS-PP ficará mais descentralizado, equilibrado e preparado. São três objectivos para os próximos dois anos e serão uma das bandeiras desta moção.

3.2.2. Política Financeira e Patrimonial

O momento exige uma particular atenção à gestão financeira e patrimonial, mas o partido precisa que isso não seja uma excepção. A gestão rigorosa dos recursos é imprescindível para que nunca mais vivamos uma situação como a actual. Nesse sentido, os dois princípios fundamentais da política financeira e patrimonial do CDS-PP serão o rigor e a transparência.

O rigor determina que todas as operações, das mais complexas às mais simples, passem por um crivo de responsabilidade. Quem decide contrair uma despesa tem que ponderar não apenas o custo/benefício da mesma, mas também o impacto que esta terá na sustentabilidade financeira do partido. Assim, será aplicado um programa extraordinário de redução de despesa e angariação de receita. Serão ainda introduzidos mecanismos de controlo interno da despesa. No que diz respeito à transparência assumimos o compromisso de prestar informação ao

Conselho Nacional trimestralmente. O objectivo é dar ao parlamento do partido conhecimento sobre a situação naquele momento, de uma forma simples e mais compreensível do que o que acontece com a aprovação formal de contas.

Para que exista uma verdadeira segregação de funções deve separar-se a gestão financeira da gestão da actividade política do partido – actualmente concentradas no Secretário-Geral. Assim, o planeamento financeiro deve ser atribuído a um Vice-Presidente ficando a execução a cargo do Secretário-Geral. Em alternativa poderá ser criado o cargo de Tesoureiro, ficando este com a responsabilidade pela gestão corrente. Em ambas as hipóteses, a autorização de despesas significativas deve obrigar à intervenção de ambos e, nos casos mais relevantes, da própria Comissão Executiva.

No que diz respeito ao património, deve haver toda a prudência. Qualquer operação de alienação, oneração ou aquisição deve ser aprovada em Conselho Nacional. Vai ainda ser criada uma comissão independente, eleita em Conselho Nacional, para acompanhar esse tipo de operações, quer do ponto de vista financeiro, quer principalmente dos factores identitários e históricos associados a cada sede. Questões de tanta importância exigem um escrutínio e transparência absolutos.

3.2.3. Formação Política e Autárquica

Esta é talvez uma das áreas mais faladas e menos concretizadas pelo partido. Não nos limitamos a fazer mais uma proclamação sobre a importância das mesmas. Começamos por assumir o compromisso de atribuir esta responsabilidade a um Vice-Presidente do partido. Depois, será criado um programa anual de formação política e outro de formação autárquica.

A formação política, no primeiro ano do mandato, será orientada para a formação de dirigentes. Será a resposta a uma enorme carência de todos os que são eleitos para desempenhar cargos na estrutura do partido, não sabem como esta funciona e precisam de bases formativas para poderem desempenhar competentemente os seus cargos. No segundo ano, seguir-se-á um programa relativo às bases doutrinárias do partido. O objectivo será fortalecer o seu conhecimento e aplicação actual.

A formação autárquica, atendendo ao ciclo eleitoral, terá um programa dedicado ao exercício dos mandatos, no primeiro ano. No segundo ano, a formação será orientada para a preparação de candidaturas e programas eleitorais.

3.2.4. Comunicação

A comunicação do partido divide-se em duas partes: externa e interna. Ambas são importantes para a difusão da nossa mensagem e têm que estar articuladas.

A comunicação externa depende da definição da mensagem política. É muito importante salientar esta ordem de factores. Jamais a mensagem política poderá ser condicionada por impulsos comunicacionais. O partido deve ser claro na afirmação das suas causas. Para que isso aconteça, temos que ser assertivos na escolha de temas e muito focados na sua abordagem. Quando escolhemos introduzir um tema na agenda política, temos que saber o que dizer, o que propor e o que responder a eventuais críticas. Tendo claros estes três pontos, é fundamental repetir e não confundir. Ou seja, dizer tantas vezes quantas as que forem necessárias aquilo que queremos que as pessoas saibam e não introduzir outros temas que confundam e dispersem a difusão da mensagem. Quanto aos instrumentos de comunicação externa, vamos utilizar todas as plataformas, utilizando sempre a forma mais directa de chegar às pessoas. Pessoalmente, através de plataformas de contacto, das redes sociais e dos órgãos de comunicação social. O CDS-PP estará permanentemente actualizado quanto aos meios e terá uma imagem apelativa.

Na comunicação interna está o nosso maior potencial. Nada é mais eficaz do que uma rede de dezenas de milhar de porta-vozes. A capacidade de dar aos nossos dirigentes e militantes a informação necessária para que possam difundir as ideias do partido, é a garantia de que vamos chegar a muitas pessoas a quem não chegaríamos pelos meios de comunicação externa.

A concretização dos objectivos acima descritos assentará na reactivação da estrutura de comunicação existente na segunda metade do último governo PSD/CDS-PP. Uma estrutura com capacidade de planeamento e preparação de conteúdos.

3.2.5. CDS-PP Digital

As Tecnologias de Informação, a inovação e desenvolvimento de plataformas, equipamentos informáticos e de comunicação têm transformado por completo os meios de acesso e partilha de informação em Portugal. A imprensa e a televisão generalista já não são os meios primordiais para acesso a informação e, conseqüentemente, deixaram há muito de ser os meios de excelência para a própria Comunicação Social. Os portugueses consomem mais jornais *on-line* do que as suas versões impressas, assistimos a uma tendência indesmentível de maior consumo de canais pagos que generalistas. Com especial destaque para os canais de informação. Esta alteração de comportamento tem de ser acompanhada pelos meios usados para consumir e partilhar informação. As notícias, a informação e o conhecimento são

hoje adquiridos em computadores pessoais portáteis, em *smartphones* ou em *tablets*. Hoje, mais do que nunca, os portugueses inteiram-se sobre os mais diversos detalhes da vida coletiva. Hoje, mais do que nunca, os portugueses partilham notícias, partilham opinião. Envolvem-se. Aplaudem e indignam-se. Mobilizam-se.

Neste contexto o CDS-PP terá que adaptar-se a novos meios de comunicação, a novos formatos de mensagem, e criar conteúdos partilháveis em formato viral. Esta adaptação impõe a consciencialização de que a mensagem deixará de ter como os seus principais meios de difusão os breves segundos do noticiário da televisão generalista e os títulos dos escassos diários. Impõem-se para este efeito os debates televisivos e, fundamentalmente, a difusão de conteúdos próprios. A divulgação de conteúdos e trechos realizados pelos órgãos de comunicação social perdeu atratividade. Assim, o CDS-PP precisa de criar e desenvolver conteúdos com o propósito de serem difundidos em plataformas *on-line*, no *site web*, no canal do CDS, na aplicação do CDS, nas contas oficiais das múltiplas redes sociais.

Os conteúdos digitais têm que cumprir o propósito de divulgar a mensagem política do CDS, bem como de fazer oposição política e ideológica. O CDS-PP terá que ter conteúdos de consumo e divulgação instantâneos, bem como conteúdos programáticos de longa duração. Importa ter presente que a facilidade de acesso não significa que a mensagem tenha que ser superficial e que o consumo tenha que ser célere.

Atualmente o CDS-PP não está dependente dos órgãos de comunicação social para passar a sua mensagem, tem toda a comunidade que partilhará com interesse e gosto os seus conteúdos. Dependerá do CDS-PP a criação de conteúdos com interesse e relevância para a sua audiência.

3.2.6. Volta das Bases

A estrutura do partido é uma parte significativa da nossa rede. A outra são os nossos autarcas. Só funcionamos em rede se tivermos uma continuidade territorial de implantação e actividade. Infelizmente, não é essa a nossa realidade actual.

A Volta das Bases foi um conceito desenvolvido em 2007, numa altura em que tínhamos um problema semelhante. Estruturas a necessitar de ser replantadas, estruturas eleitas, mas desmotivadas e praticamente inactivas e autarcas desligados do partido. Agora, como 2007, a solução é ir para o terreno. Reunir com quantas pessoas conseguirmos, sejam 100 ou seja apenas uma. O fundamental é ter uma semente em cada concelho e poder trabalhar a partir daí. Este trabalho não se faz à distância, nem se pode delegar. Tem que ser feito pelo Presidente do CDS-PP, pelo Secretário-Geral e pelo Coordenador Autárquico. A presença de

todos no terreno, a disponibilidade para ouvirem e a sua capacidade de motivação são essenciais ao sucesso desta iniciativa.

Uma Volta da Bases demora entre seis meses e um ano a realizar, implica milhares de quilómetros em deslocações e muitas dezenas de reuniões. Concluída, dará ao partido um fortalecimento da sua rede e uma base de preparação muito mais segura para o desafio das eleições autárquicas.

3.3. Eleições e governação

3.3.1. Regionais nos Açores

As eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores são as primeiras do próximo ciclo político. Depois de um resultado positivo em 2016, a direcção nacional do partido estará empenhada em cooperar e apoiar as estruturas regionais do partido. A definição da estratégia eleitoral, bem como dos respectivos objectivos, é competência dos órgãos regionais, nos termos dos estatutos.

O CDS-PP é um partido autonomista e deve continuar a afirmar essa posição, seja no âmbito institucional do país, seja no âmbito do funcionamento do próprio partido.

3.3.2. Presidenciais

Nas eleições presidenciais não cabe aos partidos apresentar candidaturas. Com efeito, são as personalidades que se apresentam como candidatos e os partidos decidem se as apoiam.

Nesta fase do processo, não há candidaturas apresentadas. Assim sendo, o CDS-PP deve aguardar a iniciativa individual dos candidatos, para depois se pronunciar. Dito isto, não se quer dizer que o CDS-PP não possa definir, desde já, procedimentos para a sua tomada de posição. Fazemo-lo nesta moção.

A decisão será tomada em Conselho Nacional. Um eventual apoio a uma candidatura presidencial não pode ser um impulso da direcção política do partido. Tem que ser uma vontade partilhada amplamente pelas suas bases. Quanto ao processo de decisão, tendo o CDS-PP apoiado a candidatura do actual Presidente da República, caso o Professor Marcelo Rebelo de Sousa entenda recandidatar-se, começaremos por avaliar o seu actual mandato. O CDS-PP ponderará os pressupostos do apoio dado há quatro anos, avaliando o exercício do mandato com essa base.

3.3.3 Autárquicas

As eleições autárquicas são habitualmente vistas como um obstáculo difícil de transpor. No actual quadro, mantendo essa visão, seriam uma tragédia anunciada. Não tem que ser assim. Não pode mesmo ser assim.

A primeira parte da preparação das eleições autárquicas já foi descrita acima. Passa pela reimplantação do partido, pela reactivação da nossa rede de estruturas e autarcas e pela formação. As Autárquicas têm que se preparar com muita antecedência, com este tipo de trabalho.

Depois da preparação, há a fase das decisões pré-eleitorais. Estas têm que ser tomadas ao nível concelhio e só em casos excepcionais ao nível distrital ou nacional. Jamais poderão ser impostas coligações a estruturas que tenham deliberado concorrer em listas próprias do CDS-PP. Para que este processo seja claro e transparente, será discutido e votado em Conselho Nacional um regulamento de aprovação de candidaturas. Deste regulamento devem constar os pressupostos estratégicos das decisões a tomar. O CDS-PP deverá concorrer ao máximo de órgãos possível, mas não deve apresentar candidaturas que não sejam representativas ou credíveis. Concorrer só para que o nosso símbolo conste do boletim de voto não é sério, nem produtivo. Não podemos empenhar meios e desperdiçar credibilidade nas chamadas “candidaturas-fantasma”.

Para dar consistência e coerência doutrinária aos diferentes programas eleitorais, será desenvolvida um “Agenda Autárquica CDS”. Nesse documento constarão propostas que possam ser aplicadas na generalidade das autarquias. As propostas privilegiarão as políticas de apoio à família nas diferentes fases da vida, as políticas sociais, o rigor na gestão e o desenvolvimento sustentável, não se esgotando necessariamente nestas.

O CDS-PP está consciente da sua importância no contexto autárquico actual, quer nas autarquias que governa sozinho, quer naquelas em que é essencial para que a esquerda não governe, integrando coligações, ou naquelas em que candidatos independentes governam graças ao apoio do CDS. Estamos ainda conscientes da importância de ter candidaturas próprias fortes. Conscientes de todos estes factores, trabalharemos para a valorização do papel do CDS-PP e dos seus autarcas.

3.3.4 Governação na Região Autónoma da Madeira

Ao assumir funções de governação na Região Autónoma da Madeira pela primeira vez, e de acordo com as determinações dos seus órgãos regionais, o CDS-PP pretende abrir um novo capítulo na valorização da Região e na concretização do seu projecto autonómico.

Num cenário de ambiguidade europeia e mundial, com a geopolítica e a influência dos blocos económicos e financeiros a mudarem de posicionamento, a perceção que se tem do mundo, mesmo para quem vive numa Ilha, do outro lado do Atlântico, é a de que sem um reforço da Autonomia Político-Administrativa da Madeira, dos compromissos do Estado e da Europa, sem a cooperação e a solidariedade, a débil e distante economia insular da Região Autónoma da Madeira muito dificilmente poderá proporcionar às suas populações, de forma generalizada, condições de vida dentro dos padrões de qualidade e segurança estabelecidos nos Tratados europeus.

As evidências continuam a demonstrar que a Autonomia só por si não consegue responder aos importantes desafios do presente e do futuro que se colocam às populações da Madeira e do Porto Santo. Urge por isso recentrar os poderes da Autonomia, fortalecer as relações Estado-Região Autónoma e reforçar os apoios comunitários para esbater as assimetrias resultantes da ultraperiferia.

A Autonomia tem que afirmar-se como um valor da portugalidade no Atlântico e uma referência da política humanista que resolve os problemas concretos das populações. É neste contexto que o Estado e a Região devem encetar um novo tempo, empenhando cada um a máxima responsabilidade e a urgente necessidade de os partidos com maior representação política nacional encetarem um diálogo aberto, franco e profícuo, que comprometa o Estado e a Região na adoção de medidas nas seguintes áreas fundamentais:

- a) Comprometer-se na defesa da Constituição em relação aos princípios autonómicos constitucionalmente consagrados, e de entre estes: assegurar que matérias fundamentais que são da responsabilidade do Estado, como a Saúde e a Educação, são co-financiadas pelo sistema nacional.
- b) Comprometer-se com a revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira;
- c) A revisão do Estatuto Político-Administrativo deve assegurar o respeito pelo princípio da continuidade territorial nas suas diversas vertentes, em particular nos transportes aéreos e marítimos de pessoas e de bens, na garantia do subsídio social de mobilidade e em assegurar da ligação ferry entre a Região e o Continente.
- d) Rever a Lei de Finanças Regionais, comprometendo-se com o aprofundamento de um regime fiscal para a Região Autónoma da Madeira com redução das taxas de diversos impostos, tendo em vista a superação dos custos da insularidade pagos por famílias e empresas, atrair investimento externo e dar maior competitividade à economia regional.

4. As Direitas e o Futuro

4.1 O Novo Quadro Político à Direita

Os resultados do CDS-PP nas últimas Eleições Legislativas obrigam o partido a um debate profundo sobre a sua estratégia para o futuro. Entendemos que, seja qual for a estratégia que desse debate saia vencedora, não deve ser colocado em causa o potencial de abrangência dos valores do partido. Seria um erro que o CDS-PP se convencesse de que necessita de se “depurar” ou “refundar”, de se “reposicionar” ou “redefinir”.

Em primeiro lugar, isso levaria ao afunilamento ideológico da sua proposta política e, conseqüentemente, à diminuição da sua capacidade de se reencontrar com o eleitorado. Os puristas encontrarão sempre mais um ponto de discórdia e os eleitores menos um motivo de interesse.

Depois, se o partido entrasse agora num debate interno sobre a sua razão de ser (sobre qual é o “verdadeiro” CDS-PP), correria o risco de aparecer para fora como um partido mais concentrado em ajustes de contas com o seu passado do que em pensar políticas públicas. Mais interessado em falar sobre si mesmo do que sobre as pessoas cuja vida se propõe melhorar. No fundo, mais preocupado em afastar do que em acolher.

De resto, a abrangência doutrinária é uma das grandes vantagens do CDS-PP. Estamos convictos de que é nessa abrangência que acabará por assentar a recuperação do partido. O CDS-PP é um partido que quer dar representatividade real aos votos que obtém. O CDS-PP não nasceu para ser um partido de protesto, meramente proclamatório. Nasceu, isso sim, para ser um partido de governo, com toda a nobreza e responsabilidade que isso acarreta: o CDS-PP quer responder à confiança que o seu eleitorado nele depositou com a introdução de soluções políticas concretas, que sejam tão representativas dos seus valores quanto das necessidades daquele eleitorado. Não há aqui nenhuma opção pela ambigüidade ou pelo relativismo. Pelo contrário, há uma opção pela clareza. É a opção por manter um caminho límpido, amplo e aberto, com espaço para a afirmação e crescimento contínuo do partido.

O CDS-PP não pode ter receio de se afirmar como o partido da direita (ou das direitas), o que o distingue de todos aqueles que, psicologicamente dependentes da tutela de um regime esquerdizante, tudo fazem para que não lhes seja aplicado o mesmo rótulo. Mas o CDS-PP também nunca teve a obsessão de quantificar o grau em que é de direita, ou de dizer que é desta ou daquela determinada direita, ao ponto de acabar refém do seu próprio dogmatismo.

O CDS-PP só tem a ganhar se se mostrar confiante e orgulhoso da sua identidade e da sua vocação. O CDS-PP representa as grandes correntes tradicionais da direita democrática e popular. É uma “grande casa”, que alberga todos os não-socialistas empenhados em fazer de Portugal um país mais livre e próspero, quer eles se sintam mais democratas-cristãos, conservadores ou liberais, mais centristas ou tradicionalistas, ou não sintam de todo que os seus valores podem ser facilmente colocados apenas numa das gavetas ideológicas das direitas.

O CDS-PP em que acreditamos é um partido cuja vocação é contribuir para a formação de maiorias políticas, que quer falar aos portugueses sobre o seu futuro, estar alinhado com as suas preocupações e aspirações, contribuir para programas mobilizadores e para a formação de soluções de governo alternativas às que são propostas pela esquerda.

4.2 Os Efeitos da Dispersão de Votos

Há exemplos históricos que mostram que quando o CDS-PP e outros partidos do centro direita e da direita se juntam numa plataforma eleitoral tendem a ser mais fortes que o somatório das partes.

Uma parte desse êxito é explicada aritmeticamente pelo efeito do método de *Hondt*, que tende a privilegiar as listas com mais votos, mas outra parte do êxito é explicada politicamente e passa pela sinergia que as coligações tendem a causar junto do eleitorado. Num país tantas vezes considerado de esquerda, a Aliança Democrática (PSD+CDS+PPM), apenas 6 anos após a revolução, em 1980, logrou vencer as eleições obtendo 47,9% dos votos e 53,6% dos mandatos.

Os riscos da fragmentação eleitoral no espaço político do centro direita e da direita é indelével e pudemos verificar como nas últimas eleições o simples somatório de votos dos partidos desta área política poderiam ter permitido obter mais mandatos.

4.3 A Construção de uma Alternativa ao Socialismo

Num país em que, como vimos, as últimas eleições (i) polarizaram e fragmentaram tanto o eleitorado, em linha com as tendências no resto da Europa, (ii) onde o sistema eleitoral – o método de *Hondt*, os círculos eleitorais com os seus pesos distintos e a inexistência de um círculo nacional que aproveite os votos que não logram eleger nenhum deputado nos diversos círculos – penalizou fortemente o espaço político da direita e do centro direita, (iii) onde o Partido Socialista ameaça tornar o sistema democrático português num *single-party system*, subalternizando os restantes partidos a meros instrumentos de suporte parlamentar do seu

projecto socialista de sociedade, e (iv) onde é tão árduo construir uma sociedade liberta do jugo socialista e estatal, alicerçada no mérito individual, promotora de crescimento económico e garante de protecção dos mais vulneráveis, sem preconceitos de natureza ideológica quanto à melhor forma de o fazer, há lições a tirar e caminhos a percorrer.

Tudo analisado, é importante sublinhar que uma vocação de abertura e abrangência será essencial no novo quadro parlamentar fragmentado que as últimas Legislativas trouxeram. Nesse quadro, o mais previsível é que a direita só regresse ao exercício do governo de Portugal com base em entendimentos pluripartidários. A História, repetimos, mostra que tais entendimentos nunca foram especialmente difíceis à direita e que o sistema eleitoral potencia as vitórias de coligações.

Por isso, é fundamental evitar que a fragmentação parlamentar se transforme numa armadilha para a direita portuguesa. É fundamental que as várias forças recusem o sectarismo estratégico e não se concentrem apenas em proclamar aquilo que as separa irremediavelmente. Esse entrincheiramento não só tornará cada vez mais difíceis os entendimentos no futuro como impedirá que o eleitorado possa identificar à direita a existência de um projecto coerente.

Por nós, o CDS-PP não contribuirá para esse jogo de soma nula. Defendemos um CDS-PP com autonomia estratégica e ideológica, claramente diferenciado dos restantes partidos. Mas temos a noção que, no novo ciclo político, todos estes partidos deverão perceber que para construir uma alternativa de direita ao socialismo talvez seja necessário a construção de uma plataforma comum entre si.

5. Nota Final

O 28.º Congresso do CDS-PP terá uma enorme importância. Iniciaremos um novo ciclo, com o objectivo de recuperar a representatividade política e social do partido. Nesse contexto, as decisões a tomar são cruciais para que os objectivos possam ser atingidos. Não se tratará de escolher apenas quem nos seja mais próximo ou nos desperte interesse. Vai ser mesmo necessário escolher o melhor projecto e o líder mais capaz de o executar. Serão dois anos de enorme exigência e só quem tenha as competências para enfrentar essa exigência pode fazer o partido vencer o desafio.

Não podemos escolher a pensar na sexta-feira anterior ao congresso. Ou seja, a escolha não pode ser virada para o passado. Se o fizermos, arriscamo-nos a acordar na segunda-feira com as contas saldadas em relação ao passado, mas com uma escolha errada para o futuro. Se escolhermos a pensar na segunda-feira seguinte ao congresso, se escolhermos a pensar no

futuro, temos muito maior probabilidade de acertar. E acertando vamos tornar as questões do passado pouco mais que irrelevantes.

Com este projecto procuramos unir o partido em torno da sua força. A força da doutrina. A força dos militantes, dos autarcas e das estruturas. Também a força dos nossos eleitores. A força de todo o território continental, mas também das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. A força do partido, mas também das suas organizações Autónomas: a Juventude Popular e a Federação dos Trabalhadores Democrata-Cristãos. A força de todos, por aquilo que é nosso.

Promoveremos uma liderança forte, afirmativa e combativa. Posicionaremos o partido à direita, com toda a convicção na defesa do património identitário. Afirmaremos os nossos valores e não permitiremos que sejam postos em causa. Todos juntos, construiremos um partido mais forte. Seremos muito claros e persistentes na defesa das nossas causas. Prepararemos com competência os ciclos eleitorais, para garantir bons resultados. Conseguiremos reabilitar o partido e reconquistar a sua representatividade. Seremos essenciais no próximo ciclo governativo de Portugal.

Somos o CDS-PP. Somos a direita democrática e popular. Temos 45 anos de história que nos enche de orgulho. #oquenosune é saber que a nossa força é a garantia do nosso sucesso. Viva o CDS-PP. Viva Portugal.